

Vivianne Satte Alam Gonçalves

**A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO POLÍTICA SOCIAL NO  
CONTEXTO DA UFPEL: CONCEPÇÕES, LIMITES E  
POSSIBILIDADES**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas pela mestranda Vivianne Satte Alam Gonçalves, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Política Social.

Prof<sup>a</sup>. Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Vini Rabassa da Silva

Pelotas, setembro de 2011

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vini Rabassa da Silva (Orientadora)  
Universidade Católica de Pelotas

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mara Rosange Acosta Medeiros  
Universidade Católica de Pelotas

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Neiva Afonso Oliveira  
Universidade Federal de Pelotas

Pelotas, setembro de 2011

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos. (FERNANDO PESSOA).

Dedico esta dissertação ao meu marido RICARDO, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, estímulo essencial para a realização deste trabalho.

Aos meus filhos queridos, ANTONELLA, ELIAS, MARCELLA e SATTE que com tanta compreensão souberam ser “grandes”. Obrigada pelo carinho e amor que me dedicam por toda a vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, com os quais aprendi os valores que possuo, de ter a coragem de ir sempre em frente, acreditando na vida e que sempre é possível a busca de um lugar melhor.

Aos colegas profissionais da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, pelo apoio que recebi possibilitando tornar realidade esta dissertação.

Á minha querida orientadora, Dr<sup>a</sup>. Vini Rabassa da Silva, por ter participado desde o ensino fundamental, com muito carinho na minha trajetória escolar, pelo incentivo, compreensão e orientações que tornaram possível a concretização deste trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UCPel, pela oportunidade que proporcionaram de qualificar e ampliar meus conhecimentos.

Á minha turma de mestrado, pelas muitas experiências e aprendizados que tivemos juntos.

Aos alunos da Casa do Estudante da UFPel, pela disponibilidade e prontidão que tiveram em participar das entrevistas, sem os quais esta pesquisa não teria êxito.

Aos meus amigos, amigas e familiares que vibram com mais essa conquista.

## RESUMO

Este estudo resulta de uma pesquisa desenvolvida no período de 2009 e 2010, cujo objetivo é analisar a concepção dos moradores da Casa do Estudante (CEU) da UFPel, sobre as Políticas de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pelotas. Enfoca particularmente os alunos participantes dos programas de moradia, transporte e alimentação. Pesquisa de natureza qualitativa, norteia-se pela perspectiva crítica dialética. O processo investigativo, realizado com 64 moradores da Casa do Estudante da UFPel, correspondente a 30% do total de moradores, usou, como principal instrumento, a entrevista semiestruturada. Os resultados indicam: na concepção dos sujeitos da pesquisa, os Programas de Assistência Estudantil representam grande oportunidade para permanecer na Universidade e concluir um Curso Superior. É a alternativa principal, sem ela não teriam condições de concluir o curso. Os estudantes consideram que os programas revertem-se em políticas inclusivas, permitindo sentirem-se apoiados para terem acesso à Universidade e novas oportunidades de ascensão social, política, cultural e intelectual. Consideram necessário que os assistentes sociais responsáveis pelos programas disponibilizem mais tempo para interação com os usuários. Percebe-se, nas falas referentes à ampliação da moradia estudantil, com a construção de nova casa, uma expectativa remota sem muito crédito segundo eles. Saliendam dever aumentar o número de Bufês e diminuir o número de alunos nas filas do Restaurante Universitário (RU) para os estudantes retornarem às suas atividades acadêmicas em tempo hábil. Ratificam a necessidade de ampliar as Políticas de Assistência Estudantil e o número de vagas nos programas devido ao aumento de vagas na UFPel. A maioria caracteriza a Assistência Estudantil como ajuda, apoio e poucos a ressaltam como um dever do Estado, direito social dos estudantes de se manterem inseridos numa Universidade pública e concluírem o curso.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil; Assistente Social; Política Social; Moradia; Alimentação; Transporte; UFPel;

## ABSTRACT

This paper is the result of a study undertaken from 2009-2010 to analyze the perspectives of the residents of the Casa do Estudante (CEU) [Students' Home dormitory] at UFPel, about student assistance policies of the Federal University at Pelotas. It particularly focuses on students who participate in housing, transport and meal programs. Qualitative research was conducted, guided by a critical dialectical perspective. The research was conducted with 64 residents of the Student's Home at UFPel, corresponding to 30% of the residents. The principal tool was a semi-structured interview. The results indicate: the research subjects affirm that the student assistance programs represent a good opportunity to remain at the university and conclude college. Without the assistance they would not be able to finish. The students affirm that the programs are inclusionary policies that allow them to feel supported because of access to the university and new opportunities for social, political, cultural and intellectual ascension. They believe that the social assistants responsible for the programs need more time for interaction with the users. References were identified in the statements referring to the expansion of student housing, and the construction of another student house, something that they see to be a remote possibility. They emphasize that there should be an increase in the number of buffets and a reduction in the number of students in the lines at the university restaurant so that students can return to their activities more quickly. They support the need to expand the student assistance policies and the number of openings in the program due to the increase in the number of openings at UFPel. Most characterize student assistance as a form of help and support, while emphasizing that it is a responsibility of the State, a social right of students to remain inserted in a public university and conclude their courses.

**Key words:** Student Assistance; Social Assistance; Social Policy; Housing, Meal support, Transportation; UFPel;

## **INDICE DE SIGLAS**

AIO - Auxílio Instrumental Odontológico

APE - Auxílio Pré-Escolar

CAE - Coordenação de Assistência ao Estudante

CARE - Comissão de Assistência e Relações Estudantis

CAVG - Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça

CEU - Casa do Estudante Universitário

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

DAE - Departamento de Assistência ao Estudante

DCE - Diretório Central de Estudantes

DPDI - Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FAU - Fundação de Apoio Universitário

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários

FURG - Fundação Universidade de Rio Grande

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



LBD - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério de Educação e Cultura

MG - Minas Gerais

PAA - Programas de Auxílio Alimentação

PAM - Programa de Auxílio Moradia

PAT - Programa Auxílio transporte

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESU - Secretaria de Educação Superior

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Sisu - Sistema de Seleção Unificada

RU - Restaurante Universitário

RS - Rio Grande do Sul

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>1. ESTADO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL</b>	16
1.1. Estado, Políticas Públicas e Política Social	16
1.2. Políticas Sociais e Cidadania	20
1.3. Educação, Universidade e Assistência Estudantil	23
1.4. O lugar do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no contexto da Cidadania e dos Direitos Sociais	27
<b>2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPEL</b>	34
2.1. Breve histórico da Assistência Estudantil na UFPEl	37
2.2. Descrição da Política de Assistência Estudantil na UFPEl	40
<b>3. ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPEL</b>	68
3.1. Problematização da Assistência na UFPEl	68
3.2. Metodologia da Pesquisa realizada	69
3.3. Caracterização geral dos sujeitos pesquisados	72
3.3.1. Semestre e sexo dos entrevistados	73

3.3.2. Curso de origem dos entrevistados	75
3.3.3. Faixa etária dos entrevistados	76
3.3.4. Tipos de Programas assistenciais	77
3.4. Descobertas da pesquisa	77
3.5. Recomendações e propostas	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

As Universidades Federais brasileiras, já desde o início dos anos 80 vinham procurando estruturar diversas formas de organizar e desenvolver ações concretas na área da Política de Assistência Estudantil. Pensando nisso, em 1984, um grupo de Pró-Reitores de diversas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), preocupados com a informalidade da Política Social de Assistência aos Estudantes, haviam buscado várias alternativas para sistematizar políticas que atendessem às necessidades dos estudantes universitários das IFES.

Assim, em 1985, concretizou-se o I Encontro Nacional de Assistência à Comunidade Universitária, na cidade de Florianópolis - SC. Desenvolvido de 27 a 30 do mês de novembro, teve como tema a análise da Política de Assistência e Apoio ao Estudante e ao Servidor. Ainda em 1985, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE), com o intuito de planejar e promover debate sobre a temática de assistência estudantil, além de estimular o Ministério de Educação e Cultura (MEC) para assumir sua responsabilidade com essa área. Pretendeu, desta forma, proporcionar aos alunos as condições básicas para a sua permanência nas Instituições Superiores, assegurando os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico (FONAPRACE, 2001).

A partir desse momento, iniciou-se um processo de debates, discussões e encontros com o MEC a fim de cobrar ações mais concretas e focalizadas para uma proposta alternativa de Política de Assistência Estudantil. Foi também, clarificada a realidade atual das IFES em relação à assistência estudantil e reafirmada a necessidade do atendimento a questões emergenciais, como

recuperação de Restaurantes Universitários, Casas de Estudantes, melhoria dos valores de bolsas, implantação de creches etc. Um ano antes da Reforma Constitucional de 1988, realizou-se o II Encontro Nacional de Assistência à Comunidade Universitária, em Belo Horizonte – MG nos dias 26 e 27 de agosto de 1987.

Cabe salientar que o FONAPRACE vem ao encontro da busca da sociedade civil brasileira para estabelecer um Estado Democrático de Direito. Nessa perspectiva, refere-se às condições de poder cursar uma Universidade como algo componente do processo de democratização do país e explicita a necessidade de uma política de assistência capaz de assegurar tais condições para quem delas necessitasse; “[...] a democratização da permanência implica a manutenção e a expansão dos programas de assistência” (FONAPRACE 1993, p. 110).

Quanto à política educacional, a assistência estudantil é uma política social de relevante importância para manter um padrão de equidade entre os estudantes universitários. Deste modo, na busca da construção de um olhar crítico sobre a Política de Assistência Estudantil da UFPel, seus fundamentos foram procurados na Constituição Federal do Brasil. Nela, a educação se apresenta como elemento fundamental, concebida como um direito de todos os cidadãos e uma ferramenta de formação ampla na busca pelos direitos da cidadania. E, como tal, a educação se compromete a formar o ser humano de forma integral.

Estas premissas estão amparadas na legislação explicitada a seguir.

- Constituição Federal de 1988: consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, *caput*) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação: aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca o Art.3º com seu primeiro princípio:

"Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;...". A LDB determina ainda que "a educação deve englobar os processos formativos e que o ensino será ministrado com base no princípio da vinculação

*entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais"* (Lei nº. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

Porém, percebe-se que a educação não se tornou direito de todos, forjando-se um quadro extremamente injusto e desigual tanto no campo das oportunidades de acesso a níveis cada vez mais complexos de ensino, quanto no campo da qualidade de oferta dos serviços educacionais existentes no país. Então, considerando a realidade exposta, a Política de Assistência Estudantil vinculada às Universidades Federais procura intervir nesta problemática, a fim de poder democratizar a educação entre os estudantes universitários.

A atuação profissional da autora deste trabalho como Assistente Social na área da Assistência Estudantil da Universidade Federal de Pelotas tem-lhe possibilitado constatar a complexidade desta Política, que oferece vários Programas como os de Moradia, Alimentação, Transporte, entre outros. A baixa oferta, diante da demanda existente, associada às condições concretas de materialização de direitos aos estudantes atendidos pelos diferentes programas, instigou-a a uma investigação sobre esta política social para analisar o seu real significado no contexto atual e descobrir alternativas para o seu aperfeiçoamento.

Esta pesquisa de natureza qualitativa investigou as concepções existentes sobre a Política de Assistência Estudantil, entre os alunos da UFPel, participantes de programas assistenciais. Analisou a contribuição acadêmica não só ao acesso e à permanência dos alunos na Universidade, mas, também, a contribuição para a sua cidadania no contexto social. Com a compreensão das concepções e da avaliação feita pelos estudantes sobre a Política de Assistência Estudantil na UFPel, apontou-se as propostas alternativas para sua maior qualificação, tendo, como suporte teórico, uma concepção crítica sobre políticas sociais, associada à revisão de literatura sobre a Política de Assistência Estudantil em nosso país.

Quanto à estrutura deste trabalho, ele está dividido em três capítulos: o primeiro se iniciará com uma discussão teórica sobre Estado e a Política de Assistência Estudantil no Brasil, isto é, a maneira pela qual se constitui a Assistência Estudantil no país, particularmente na Educação Superior. O objetivo é fundamentar a Assistência Estudantil enquanto modalidade de política social. Depois, recorre-se à questão da Cidadania e dos Direitos Sociais para mostrar o

lugar do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no contexto do ensino superior no país.

No segundo capítulo, destaca-se a discussão sobre a Política de Assistência Estudantil no contexto da UFPel, tecendo uma abordagem histórica de maneira sucinta. Depois se apresenta uma caracterização e uma descrição desta modalidade de política na Universidade pública em foco.

O terceiro capítulo é estruturado em três partes. Na primeira apresenta-se a proposta do projeto de investigação que abrange a problematização da Assistência na UFPel, os objetivos (geral e específicos) configurando a base metodológica da investigação. Na segunda, expõem-se alguns quadros representando as descobertas da pesquisa empírica bem como a sua análise, as recomendações e propostas dos sujeitos da pesquisa e interpretações com embasamento teórico. Na terceira, são expressas as considerações finais deste estudo sobre a Política de Assistência Estudantil na UFPel enquanto modalidade de Política Social.

## **1. ESTADO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL**

Para iniciar o capítulo, serão apresentados os conceitos de Estado, Políticas Públicas e Política Social, visto a análise focalizar-se na Política de Assistência Estudantil na UFPel. É crucial familiarizar-se com esses conceitos, mostrando como o Estado vem consolidando seu papel no país, particularmente no ensino superior através da Assistência Estudantil, que não é mais uma política de Governo e sim, de Estado.

### **1.1. Estado, Políticas Públicas e Política Social**

O conceito de políticas públicas está sendo discutido em várias áreas do conhecimento. No entanto, é no âmbito da Ciência Política que ele ganha um grande destaque nas discussões teóricas, como mostra Souza (2006) em seu artigo "*Políticas Públicas: uma revisão da literatura*", ao afirmar estarem elas ligadas fortemente ao Estado. Assim, é o Estado, segundo esta autora, que determina como os recursos devem ser usados para o benefício de seus cidadãos, isto é, como o dinheiro, sob forma de impostos, deve ser acumulado e como precisa ser investido.

Com uma visão próxima à de Souza (2006), Fernandes (2007) em seu artigo "*Políticas Públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social*", defende a ideia de as políticas públicas se manifestarem através de duas dimensões complementares: a do administrativo técnico e a do aspecto político, como pode ser observado na citação a seguir.

Costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizadas como administrativo ou técnico, e assim livre,



portanto do aspecto 'político' propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Esta é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico-administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionado ao processo decisório (FERNANDES 2007, p. 203).

Considerando o exposto na citação, de acordo com o autor referido, as políticas públicas podem ser entendidas como: diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para estabelecer as relações entre poder público e sociedade; mediações entre atores da sociedade e do Estado (FERNANDES, 2007). São, neste caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos), orientadoras de ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo: a distribuição e a redistribuição de poder; o papel do conflito social nos processos de decisão; a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social abrangendo vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para se possibilitar um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas poderem ser legitimadas e obter eficácia. Elas são um processo dinâmico, incluindo negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Conforme Pereira (2008, p. 94):

Quando se fala de política pública, está se falando de uma política cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não porque seja estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade) e muito menos individual. O caráter público desta política não é dado apenas pela sua vinculação com o Estado e nem pelo tamanho do agregado social que lhe demanda atenção, mas pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta, ao mesmo tempo, de ingerências do Estado e da sociedade.

Discutindo a questão das políticas públicas, observa-se na visão de Souza (2006), elas estarem relacionadas ao Estado, como órgão promotor dessas

políticas. Já na concepção de Fernandes (2007) e Pereira (2008), elas não se restringem ao Estado, são frutos do Estado e da sociedade civil. Para a autora deste estudo, é fundamental esta última concepção das políticas públicas, porque mostra a importância da sociedade civil, nas lutas sociais e nas decisões públicas junto com o Estado.

O objeto de pesquisa desta dissertação ilustra tal diferença entre “serem de todos”, as políticas públicas e “serem focalizadas”, as sociais. As Políticas de Assistência Estudantil da UFPel focalizam-se em alguns tipos de estudantes, portanto, não são de todos os cidadãos brasileiros nem de todos os estudantes da UFPel. Os Programas pesquisados, Moradia, Alimentação e Transporte são direcionados a um tipo de estudante, de acordo com os critérios de seleção cujo elemento chave é a renda familiar.

Quanto à definição da política social enquanto uma dimensão da política pública, dentre os autores como VIANNA (2002) e PEREIRA (2008) que trabalham com esse conceito, alguns mostram ser uma categoria de política sem definição precisa, clara ou acabada. A literatura que aborda a política social a representa como ações do poder público, podendo resultar das reivindicações de parte da sociedade ou de grupos específicos com interesses particulares.

Todo e qualquer processo de política social deve visar ao bem-estar social, muito embora, na maioria das vezes, a sua efetivação seja barrada pela burocracia e interesses particulares que acabam por torná-las ineficazes. O Estado é o responsável pelo atendimento das demandas para satisfazer as necessidades da sociedade que rege, onde faz a mediação entre o mercado, o social e a sua própria manutenção. Nas palavras de Potyara:

Ao se privilegiar a igualdade substantiva (e não meramente formal), a ingerência do Estado faz-se imprescindível. Afinal, não se persegue a igualdade sem o protagonismo estatal na aplicação de medidas sociais que reponham perdas moralmente injustificadas. Da mesma forma, não se consubstanciam direitos sociais sem políticas públicas que os concretizem e liberem os indivíduos e grupos tanto da condição de necessidade quanto o estigma produzido por atendimentos sociais descomprometidos com a cidadania. É o Estado, além disso, que, ao mesmo tempo em que limita a desimpedida ação individual pode garantir direitos

sociais, visto que a sociedade lhe confere poderes exclusivos para o exercício dessa garantia (PEREIRA, 2008, p. 99).

A partir dessas considerações, pode-se caracterizar a política social, conforme Pereira (2008, p. 95 - 96), como aquela que:

- a) Constitui um marco ou uma linha de orientação para a ação pública, sob responsabilidade de uma autoridade também pública (um organismo que aloca e administram bens públicos, como saúde, educação, assistência, entre outros) sob o controle da sociedade.
- b) Visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis. Elas têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços sociais.
- c) Guia-se pelo princípio do interesse comum ou público, e da soberania popular, e não do interesse particular e da soberania dos governantes.
- d) Deve visar à satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada.

Cabe afirmar que, para a política social conseguir efetivar-se dentro do marco regulatório apontado por Potyara, é fundamental a existência de uma sociedade civil organizada, tendo, como embasamento, a análise de Borchetti (2008, p.199):

Trata-se de reconhecer que a consolidação da democracia, da cidadania e das políticas sociais, como ante-sala da construção de uma sociedade socialista, requer o fortalecimento das lutas e movimentos sociais mais gerais de defesa dos interesses das classes trabalhadoras. É articular forças e construir alianças estratégicas com os que sofrem opressões econômicas e de classe, no campo racial, de orientação sexual, gênero e outras, que têm como projeto uma sociedade justa, fraterna, igual e capaz de autodeterminar seu futuro.

Para melhor compreender esta restrição das políticas sociais em relação à garantia dos direitos sociais e da cidadania, convém analisar o significado da categoria cidadania.

## 1.2. Políticas Sociais e Cidadania

A palavra cidadania vem do latim, *civitas* – cidade. O conceito de cidadania tem origem na Grécia clássica, sendo usado para designar os direitos relativos ao cidadão, ou seja, do indivíduo que vivia na cidade e ali participava ativamente dos negócios e das decisões políticas. Cidadania pressupõe, portanto, todas as implicações decorrentes de uma vida em sociedade. Ao longo da história, o conceito de cidadania foi ampliado, passando a englobar um conjunto de valores sociais que determinam o conjunto de deveres e direitos de um cidadão, estando fortemente atrelado à noção de direitos.

No entanto, dentro de uma democracia, a própria definição de direito pressupõe a contrapartida de deveres, uma vez que, em uma coletividade, os direitos de um indivíduo são garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos demais componentes da sociedade. Segundo Potyara:

Os direitos com os quais as políticas públicas se identificam, e devem se concretizar, são os *direitos sociais*, que se guiam pelo princípio da *igualdade*, embora tenham no seu horizonte os direitos individuais que se guiam pelo princípio da *liberdade*. A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade. Daí porque, no campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerada fundamental (PEREIRA, 2008, p. 102).

Resumindo, a cidadania diz respeito tanto aos governantes quanto aos governados. O cidadão é aquele participante de tudo o que é inerente à sociedade da qual faz parte, recebendo do Estado serviços e ações que garantam o bem-estar de todos os seus componentes .

O conceito de cidadania tem um caráter histórico, pois acompanha o estágio de desenvolvimento da sociedade. O reforço da ideia de uma nação efetiva desencadeia o aumento das expectativas dos cidadãos quanto aos seus direitos, liberdades e garantias, bem como à efetivação da sua participação cívica

como via de integração no projeto que se pretende ser vinculativo (incluindo a todos) e inclusivo (garantindo o direito de todos), ou seja, que contemple os direitos e deveres de todos os seus cidadãos (NOGUEIRA, 2001).

De acordo com Nogueira (2001), pode-se dizer que a cidadania comporta, genericamente, três dimensões:

- a) **Civil:** direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contratos; direito à justiça;
- b) **Política:** direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor, no conjunto das instituições de autoridade pública;
- c) **Social:** conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, desde a segurança até ao direito de partilhar do nível de vida segundo os padrões prevalecentes na sociedade.

Historicamente, a questão acerca da cidadania ficou mais evidente a partir da assunção do capitalismo como sistema econômico, pois, com o advento dos direitos sociais, se evidenciaram claramente as tensões entre os princípios liberais e os princípios sociais democratas. Segundo Nogueira,

A cidadania acabou por constituir uma fusão entre os direitos individuais e sociais, em que os direitos civis constituem a base de sustentação e de ampliação dos direitos políticos e sociais, ao mesmo tempo em que são fortalecidos por eles. Todo esse processo tencionou, recriou e expandiu a Cidadania, associando a ela novos temas e dimensões (NOGUEIRA, 2001, p. 93).

Assim, a discussão da cidadania na sociedade capitalista diz respeito às formas de compreender a questão da igualdade e da desigualdade nesta sociedade e a luta de grupos e classes por participação no poder político e na riqueza social. Historicamente, na perspectiva liberal, a cidadania relaciona-se às lutas da nascente burguesia, para impor limites ao poder estatal.

Em última instância, a luta é basicamente por direitos civis, os quais se referem à liberdade individual e destinam-se a regular a vida privada. Liberdade, para os liberais, é quase sempre a liberdade de propriedade e que aponta para a desigualdade.

Para Marx, os direitos humanos são direitos do homem enquanto membro da sociedade burguesa. Na medida em que são garantidos direitos como igualdade, liberdade, segurança, propriedade, os quais, na essência, destinam-se a fortalecer a ordem burguesa e, portanto, não possibilitam a emancipação humana. Tais direitos não permitem ao homem descobrir-se como força social (MARX, 1988, p. 59 - 66). Por isso valendo-se de Marx, pode-se afirmar que, na concepção de cidadania herdada do liberalismo, a condição de cidadão é compatível com a desigualdade real inerente à sociedade capitalista.

A análise de Marx permite apreender os limites da noção de cidadania nas formulações neoliberal e social-democrata: seu caráter formal e abstrato; sua incapacidade de romper com a desigualdade econômica; as relações de exploração próprias da sociedade capitalista como há no Brasil. Dito de outra forma: na ótica neoliberal, tanto o conceito de necessidade quanto o de liberdade e de democracia são falaciosos, porque: as necessidades não são necessidades de fato, mas preferências individuais; a democracia é restrita aos que têm mérito e recursos para comprar no mercado; a liberdade é negativa, definida pela ausência de controle público sobre as esferas privadas protegidas.

Isto exige a necessidade de reinventar, ousar, redemocratizar o país, tendo por objetivos o bem-estar comum e o de tornar iguais os desiguais, considerando as políticas sociais como elemento principal para alcançar essa dimensão democrática.

Há quem diga que, por fazer parte de uma sociedade, já se é um cidadão, mas isto não é fato. A cidadania se constrói a cada dia, debruçando-se sobre problemas e dificuldades, erros e acertos de cada um ao pensar no todo que se é enquanto nação. A cidadania é um direito como tantos outros e deve ser conquistada cada vez mais pelo indivíduo, isto é, aquele que, atuante, utiliza os meios de participação institucionalizados, ou não, para despertar o sentimento de fazer parte de uma sociedade e, como tal, estar inserido em seu contexto, buscando uma vida cada vez mais digna.

Um cidadão deve ter a oportunidade de crescer como pessoa dentro do espaço onde está inserido e possuir as condições necessárias para tanto. Diante disto, pode-se dizer que muitas arestas ainda precisam ser aparadas, modificadas

e substituídas para a sociedade vencer dificuldades como a ausência de condições mínimas de sobrevivência, trabalho, saúde e educação do povo, entre outras.

Cabe alertar que o Estado está irremediavelmente preso às demandas das políticas sociais, imprescindíveis para manter o “bem comum”. Deste modo elas estarão, sem dúvida, servindo de amortizadores, para coibir toda e qualquer atitude da população que venha desestabilizar a hegemonia do Estado.

Sendo assim, a Política de Assistência Estudantil como modalidade de política social, tem uma função contraditória nesta sociedade neoliberal, marcada pela desigualdade social. Ela pode contribuir para a ampliação do acesso aos direitos sociais, facilitando alcançar a cidadania, ou simplesmente, servir para cooptar pessoas beneficiadas para apoiar um sistema que continua sendo o responsável pela não universalização dos direitos sociais.

### **1.3. Educação, Universidade e Assistência Estudantil**

Os sistemas educacionais e os movimentos educativos em geral, embora influam sobre a sociedade a que servem, refletem basicamente suas condições sociais, econômicas e políticas. Por isso, as características dos diversos períodos da história da educação de um país acompanham seu movimento histórico e suas transformações sociais. Nesse sentido, a educação não é um fato antecedente ao homem, mas uma construção dele. Ela existe concretamente na sociedade, fazendo parte de sua organização e de seus processos interativos. É uma instituição social e, como programa formalizado, é parte do equipamento do qual as classes sociais ou grupos de controle do poder lançam mão para realizar alguns dos seus interesses e objetivos sociais.

A educação, não importando o seu nível, sempre se traduz como uma ação de grupos que, no interior da organização social, têm uma proposta de modificação das condições existentes, seja no sentido do aperfeiçoamento da estrutura social estabelecida, fortalecendo-a, seja no sentido de sua transformação.

A Universidade Pública como componente e tal qual o sistema escolar, é instituída como uma estrutura hierárquica, burocrática, sob controle do Estado, que lhe impõe objetivos definidos segundo os interesses da classe dominante. Mas, embora a organização burocrática procure formalizar, subdividir e hierarquizar as relações de trabalho, os objetivos não se concretizam automaticamente, pois sua execução passa pela mediação de uma série complexa de relações sociais que os reelaboram.

Assim, inclusive nos programas de assistência, observa-se o confronto, de um lado, a Universidade com sua estrutura burocrática, constantemente minada pelo próprio conjunto de relações sociais que lhe dá consistência e, de outro lado, os representantes das camadas populares com sua dinâmica espontânea e democrática, constantemente ameaçada pela burocratização.

Esta situação contraditória abre a possibilidade de tais atividades servirem, de acordo com o contexto histórico, tanto para consolidar a classe dominante, quanto para apoiar a construção de uma instituição diferenciada. Assim, a fim de compreender melhor essa contradição, é importante salientar que a dinâmica entre a burocratização do sistema educacional e as condições necessárias de estudo de um adolescente se constitui muito antes de ele ingressar num Curso Superior. Por exemplo, desde cedo há adolescentes que desistem da escola para trabalhar, a fim de ajudarem na manutenção da família: muitos abandonam as escolas pelo mundo do trabalho, empurrados por necessidades vitais não supridas.

A impossibilidade de estudo cria situações restritivas ao desenvolvimento pessoal e social, conforme analisa Boschetti:

É quase consensual considerar a educação um dos maiores canais de mobilidade social, já que há estatisticamente correlações significativas entre os níveis de educação e as remunerações que as pessoas podem alcançar. O esforço pessoal e familiar para se conseguir vagas e manter os filhos na escola se faz na perspectiva de um futuro mais promissor que signifique alocação no mercado de trabalho com melhor remuneração. A educação é tida, assim, como mecanismo de mobilidade social (BOSCHETTI, 2008, p. 243).

Por tudo isto, merece um destaque especial a relação da Universidade com a Assistência Estudantil. Sua integração pode ser efetuada através de programas,



da realização de atendimentos especiais aos estudantes que apresentam necessidades socioeconômicas e socioculturais.

Importa salientar que a democratização da permanência no ensino superior, de acordo com o FONAPRACE (2001, p. 5), “implica na manutenção e expansão dos programas de assistência”. No ponto de vista da autora deste trabalho, tal democratização implica também o atendimento das necessidades acadêmicas do usuário, e isso, de alguma forma requer uma ampliação não só, quantitativa, como também qualitativa dos programas assistenciais

Recorrendo a Jayme Paviani e José Pozenato (1984), eles demonstram que, historicamente, a Política de Assistência Estudantil foi reconhecida pelo Estado na década de 30, sua primeira tentativa de regulamentação no Brasil, deu-se pela reforma Francisco Campos, em 1931, através do Decreto nº 19.850/31, a então Lei Orgânica do Ensino Superior.

De acordo com os autores citados (1984), na Carta Magna Brasileira de 1934, especificamente no art.157, constava haver verbas a serem aplicadas em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsa de estudos, assistência alimentar e dentária. Eles ainda enfatizam que só na Constituição de 1946 tal norma tornou-se obrigatória para todos os sistemas de ensino, como consta no artigo 172: “*Cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar*”. Naquela época, o Estado considerava a assistência ao estudante como uma colaboração aos estudantes “desfavorecidos”, mas em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 4.024/61) considerou a assistência ao estudante um direito à educação. Avançando do ponto de vista analítico, Paviani e Pozenato (1984) afirmam que, em 1967 este direito se manteve em nível normativo. No entanto, na prática se reduziu, devido à hostilidade da ditadura com a categoria estudantil.

Assim, ainda recorrendo aos relatos do FONAPRACE (1995), constata-se que o Governo Federal em 1970 criou, vinculado ao MEC, o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE). Segundo o referido Fórum, este era um setor de âmbito ministerial com o objetivo de manter uma Política de Assistência ao Estudante Universitário em nível nacional, priorizando os Programas de

Alimentação, Moradia, Assistência Médica e Odontológica tendo sido, no entanto, extinta nos governos subsequentes.

Ao longo da história da Assistência Estudantil na Universidade, salienta-se que os programas desta política primeiramente eram ligados ao Departamento de Assistência ao Estudante, um órgão da Secretaria de Ensino Superior do MEC.

Em 1978, iniciava-se, nessa Universidade, o Serviço de Assistência do Estudante, com o desenvolvimento dos programas de Bolsas de Trabalho e Estudo ao acadêmico mais necessitado, concretizados através de profissionais do Serviço Social. Os programas consistiam em: a) bolsa de trabalho para 2º e 3º Graus; b) bolsa de trabalho para Pesquisa; c) bolsa de trabalho para Esporte; d) bolsa de trabalho para Extensão; e) bolsa de trabalho para Arte; f) bolsa de trabalho para Excepcional. Na década de 80, transformou-se em Coordenação de Assistência ao Estudante (CAE), com a mesma função. Diante deste cenário, no ano de 1984, foi criado o Escritório de Assistência, permanecendo com esta denominação até o final de 1986, quando passou a ser o Departamento de Assistência à Comunidade Universitária, integrante da Pró-Reitoria de Graduação e Assistência.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (2000) – lutou pela inserção da política de assistência como projeto educacional do Estado. Assim, houve a inclusão da assistência ao estudante no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001, no item 34: *“Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico”*.

O jornal do Fórum, n.º 01, de abril de 2000, explicita que uma das suas principais conquistas foi o fato de o Deputado Federal Nelson Marchezan, na qualidade de relator, a pedido do FONAPRACE, ter contemplado a assistência ao estudante no Plano Nacional de Educação. Assim, a assistência estudantil estando inserida no PNE, deixa de ser ajuda para ser parte da política educacional. Tomando como referência a atual conjuntura, observa-se que os objetivos presentes no discurso do FONAPRACE (2000) objetivam conseguir que

a assistência estudantil possa: *“Garantir a igualdade e oportunidades aos estudantes das IFES públicas, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna”*.

#### **1.4. O lugar do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no contexto da Cidadania e dos Direitos Sociais.**

Recorreu-se ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES para argumentar a favor dessa política no contexto da Cidadania e dos Direitos Sociais.

O Presidente da República na época Luiz Ignácio Lula da Silva, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição: instituí o seguinte decreto:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASÍLIA, 19 de julho de 2010).

A necessidade da Assistência Estudantil emerge da realidade em que se encontra a juventude brasileira. Segundo as informações do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (IPEA, 2009), baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2008, os jovens brasileiros são em torno de 49,7 milhões em todo o país, correspondendo a 26,2% da população brasileira.

A pesquisa aponta que, entre os jovens brasileiros de 15 a 17 anos, aproximadamente a metade frequenta o ensino médio em idade compatível, mas 44% ainda não concluíram nem mesmo o ensino fundamental. Cabe salientar que, nas regiões Sudeste e Sul, as taxas de frequência são superiores às das regiões Nordeste e Norte, a saber: nas primeiras regiões (61,8% e 56,5%, respectivamente) e nas demais (36,4% e 39,6%, respectivamente).

A pesquisa observa ser o acesso à educação superior ainda mais complexo em se tratando de jovens de 18 a 24 anos, quando a frequência é de apenas 13,6%. Um número significativo dos jovens com 18 anos (aproximadamente 30%) conseguiram concluir o ensino médio, mas não tentaram ingresso na educação superior. O IPEA analisa ainda que, entre os jovens, quanto maior a faixa etária, isto é, quanto mais idade eles têm, mais afastados estão dos bancos escolares. Em outras palavras, 15,9%, entre os jovens de 15 a 17 anos; 64,4%, de 18 a 24 anos e 87,7%, de 25 a 29 anos não estão estudando (IPEA, 2009). Neste sentido, com a ajuda do Conselho Nacional da Juventude, o qual propôs o Plano Nacional da Juventude: diretrizes e perspectivas (2006), a questão do acesso, condições e permanência dos estudantes na Universidade tornou-se assunto em pauta não só para o governo, mas também perante a sociedade. Portanto, cabe a este Conselho impulsionar ações que possam influenciar os agentes sociais e políticos no sentido de tornar clara a necessidade de as políticas estruturais de juventude avançarem nas iniciativas na área da educação (CNJ, 2006).

Nessa direção, tendo por base a necessidade de apoiar a permanência dos jovens no ensino superior e considerando os decretos do Plano Nacional da Educação (PNE), o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Constituição da Carta Magna e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o FONAPRACE elaborou o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovado em 2007. Seu objetivo é

viabilizar a equidade entre todos os estudantes, colaborando para sua permanência e conclusão do curso de graduação nas IFES.

Com o fito de garantir o direito à educação superior, o governo implantou alguns programas destinados às Universidades. Entre eles, destaca-se, aqui, por sua abrangência e destaque no cenário atual,

O programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (DECRETO nº 6.096, de 24 de abril de 2007, p. 1).

O art. 2º deste Decreto mencionado mostra ser uma das diretrizes do REUNI a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (DECRETO nº 6.096, de 24 de abril de 2007, p. 1). Cabe destacar, já na Constituição da Carta Magna de 1988, no capítulo III, que aborda a Educação, serem priorizados os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, § VII, os quais deverão ser financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários para garantir a inclusão e a permanência na escola (BRASIL, 1988, Art. 212, § 4º).

Estes programas são considerados como prioridade junto à Constituição, pois constituem meios de efetivar a educação em seu todo, corroborando indubitavelmente para a permanência e o êxito dos estudantes na instituição de ensino. Por fim, objetiva o término dos estudos de forma digna e com condições propícias para o aprendizado de maneira correta e estruturada para aqueles sem as condições mínimas necessárias para isso.

Assim se vê a educação, nas leis brasileiras, estar concebida como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e pela emancipação social, devendo ser garantido pelo Estado, sempre que necessário, por meio de medidas de proteção social. Desse modo, a educação se compromete com a formação integral do ser humano, alcançando todas as dimensões de sua relação com a sociedade. De acordo com José Lombardi:

Há hoje, portanto, certo consenso de que a Educação tem três finalidades ou funções básicas: formar o indivíduo; formar o cidadão e formar o profissional. Quando se fala em formação integral, em muitos tratados pedagógicos, tem-se em mente a tarefa formativa da educação nesses três aspectos (LOMBARDI, 1999, p. 108).

O mesmo autor acredita que formar o indivíduo refere-se à contribuição da escola no crescimento de cada cidadão. Ou seja, ela tem por objetivo ajudar esse sujeito na sua realização pessoal, isto é, na sua capacidade de discernimento para poder traçar os seus objetivos e, ao mesmo tempo alcançá-los. No tangente a formar o cidadão, enquanto participante de um contexto social, a escola tem um papel fundamental na educação do indivíduo, na medida em que ela pode ou não prepará-lo para viver em sociedade e também para a vida política da nação na qual está inserido. Terá, então, conhecimento dos direitos sociais e individuais, enquanto cidadão que respeita o outro e está ciente de seus atos de corresponsabilidade pelo destino da vida social.

Quanto à formação profissional, o autor refere-se à possibilidade de o indivíduo buscar o seu ideal de vida, o seu futuro, através da educação formal, pois está conciliada aos outros dois aspectos (indivíduo e cidadão), atinge uma das principais metas do desenvolvimento integral do indivíduo.

A escola, enquanto instituição de ensino, desempenha um papel fundamental na preparação do indivíduo para a relação social, o seu engajamento e responsabilidade naquilo que lhe toca. Cabe salientar quando se fala em formar o indivíduo para a vida social, não se quer, com isso, defender a ideia de ele não ter um conhecimento prévio, uma formação já estabelecida. Porém sabe-se que, para o enfrentamento da realidade em constante transformação, é necessária uma formação permanente capaz de fazê-lo enfrentar os desafios atuais da sociedade.

O Plano Nacional de Educação (Lei 10. 172/2001) caracteriza o ser humano como protagonista de sua própria cultura e da sociedade na qual está inserido. Ele é representado como um ser ativo e crítico. É neste sentido que se torna importante seu acesso a uma escola para desenvolver valores voltados para

a cidadania. A noção de escola aqui ressaltada difere da visão capitalista de educação escolar que visa ao mercado, ao lucro etc.

Entretanto, vale destacar a existência de perspectivas diferentes de educação. Destacam-se, aqui, as duas principais encontradas na sociedade de hoje: a perspectiva da educação neoliberal e a perspectiva da educação libertadora.

Sintetizando a política de educação neoliberal, pode-se dizer que esta possui quatro dimensões: 1) tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas conquistadas pelas classes populares, convertidas agora em bens ou serviços a serem adquiridos no mercado; 2) redimensionamento do papel do Estado, tendo como eixo a crítica ao intervencionismo e à exaltação do mercado; 3) criação de um consenso comum neoliberal, que penetra profundamente nas crenças populares; 4) convencimento de amplos setores das sociedades capitalistas e quase a totalidade de suas elites políticas, de não existir alternativa a não serem as reformas neoliberais.

Resumindo, o ato pedagógico é reduzido a uma questão meramente técnica, esvaziando, portanto, a possibilidade de enriquecimento da participação como elemento gerador da cidadania. Há, com isso, um empobrecimento da democracia.

A segunda perspectiva é a de educação libertadora. Nela, pensar na educação é pensar na liberação intelectual e cultural das pessoas. Então a educação deve criar situações para o aluno analisar e criticar os fatos da sociedade atual. Nela, o grande desafio será formar para a cidadania ativa e crítica, a consciência política e ética possibilitando a compreensão da realidade social em que se vive, criando instrumentos para poderem atuar na transformação (CASTEL, 2001).

O processo de educar vai além da leitura das palavras, a que muitos programas têm-se limitado. O ato de educar, como já dizia Freire, passa acima de todo ato de ler e compreender o mundo que cerca o homem, ou seja, “*a leitura do mundo precede a leitura das palavras*” (1990, p.174), pois uma palavra, por si só, não tem sentido / significado. O que dá sentido às palavras é a carga subjetiva e cultural que cada realidade lhe atribui. Quando lida de forma descontextualizada,

a realidade se torna vazia e incomunicável. Não se percebe ainda que, na sociedade do conhecimento, aprender vai tornando-se direito humano fundamental, quase no mesmo nível do direito à vida.

O problema é que hoje, diante do capitalismo (seguidor da linha da educação neoliberal), a instituição educacional contribui para a reprodução dos deveres do trabalhador coletivo. É ela que ensina a disciplina, legitima a divisão hierárquica do trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, permite, ao trabalho concreto, reproduzir-se na sua divisão pela entrada dos trabalhadores individuais no processo de produção como vendedor de sua força de trabalho.

Além do mais, ela deve reproduzir o trabalhador como indivíduo socializado, capaz de consumir, votar, submeter-se aos serviços médicos, etc. No seu sentido mais amplo, a educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos, nas diferentes esferas da vida social. Conforme Frigotto,

Esta disputa hegemônica diz respeito às questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, trata das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e divisão do trabalho, produção e reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana (FRIGOTTO, 1996, p. 132).

Sob esse foco, a educação parece mais uma mercadoria dentro do sistema atual. Porém, ao se falar em educação, se está falando em qualificação humana no que diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, e lúdicas do ser humano, capazes de ampliar a capacidade de trabalho, na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação de múltiplas necessidades do ser humano na sua transformação histórica.

Como a autora pretende, nesta investigação, abordar a Política de Assistência Estudantil no contexto educacional, particularmente na UFPEL, ela recorreu ao Plano Nacional de Assistência Estudantil, chamado de PNAES, ligado



à Secretaria de Educação Superior (SESU), e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), para entender melhor a dinâmica entre essa modalidade de política e a educação enquanto elemento fundamental na vida de cada sujeito social.

Os projetos constitutivos do PNAES são direcionados aos acadêmicos dos cursos de graduação na modalidade da educação presencial. No entanto, devido à impossibilidade de o Estado ser competente no que lhe é de dever, paliativos são utilizados para atender parte da demanda de alunos necessitados da assistência estudantil como meio de se desenvolverem profissionalmente. Para isso, são utilizados critérios de seleção dos estudantes, levando em conta o perfil socioeconômico deles, sendo cada instituição autônoma ao estabelecer seus próprios critérios para esta seleção.

Após esse pronunciamento sobre Estado, Política de Assistência Estudantil no Brasil, a questão da Cidadania e os Direitos Sociais, tecendo comentários sobre o lugar do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no contexto do ensino superior do país, no próximo capítulo será destacada a discussão sobre a Política de Assistência Estudantil no contexto da UFPel, do ponto de vista histórico e serão apresentadas uma caracterização e uma descrição dessa modalidade de política nessa Universidade Pública, como enfoque desta investigação.

## 2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPEL

Historicamente, é possível vislumbrar, no sistema capitalista, o marco principal da luta vivida hoje, responsável pela impossibilidade de muitas pessoas conseguirem concluir um curso superior.

Ao se buscar o viés primeiro da descentralização do caráter social do trabalho, encontra-se resposta na teoria marxista do trabalho alienado que ainda nos dias atuais serve para mostrar a forma como o homem se relaciona com o fator trabalho em prol da continuidade do capitalismo. Nas palavras de Marx, citado no livro *Conceito marxista do homem* de E. Fromm:

O trabalhador se apropria da natureza por intermédio de seu trabalho. Esta apropriação aparece como alienação, a atividade própria como atividade para outrem e de outrem, a vida como sacrifício da vida, e a produção do objeto como perda deste para uma força estranha, um homem estranho (MARX apud FROMM, 1983, p. 101 - 102).

Assim, mesmo tendo o seu ganha-pão, o homem esqueceu-se de si, para viver apenas uma parte de sua vida, entendendo-a como totalidade somente de trabalho. A sociedade, a economia, a política e o mercado de trabalho cresceram com essa perda de subjetividade pessoal e o homem perdeu o senso do social em seu espectro mais amplo. As horas do dia, hoje, são poucas para todas as demandas que o trabalho, seja qual for, exige para cada indivíduo chegar ao padrão de vida almejado.

Mesmo quem tem mais oportunidade, trabalha também submissamente para manter seu padrão de vida. Nesse meio, porém, a história mostra o surgimento de outros fatores relevantes nessa temática, no ato do trabalho, tornando-o complexo e cheio de influências, além do desejo pela manutenção ou enriquecimento econômico das famílias.

Começando pela divisão do trabalho, encontra-se em Marx a perspectiva de constatar a transformação do homem em um operário autômato, cuja ideia de cooperação parece boa, mas por trás, mostra ainda mais latente a desigualdade social carregada pelo crescente desejo de acumular capital, seja ele na forma de valor ou de técnica aplicada ao trabalho, interferindo na produção e conseqüente acumulação ou não de capital.

Este sistema tem conseqüências diretas sobre a educação. Nas palavras de Braverman:

No modo de produção capitalista, a extensão de uma escolaridade cada vez mais vazia combinada com a redução do trabalho a tarefas simples e fáceis, representa um desperdício de anos na escola e uma desumanização nos anos seguintes. Esta é a lógica do modo capitalista de produção que, em vez de denunciar as relações sociais hierárquicas pelas quais acumula riqueza nas mãos dos proprietários da sociedade, prefere deixar o trabalhador ignorante a despeito dos anos de escolaridade, e roubar a humanidade no seu direito inato de trabalho consciente e magistral (BRAVERMAN, 1987, p. 377).

A partir destes pontos, o que se vê nos dias de hoje? Mesmo com o pseudoinvestimento na educação e qualificação dos trabalhadores e jovens, a massa potencial de trabalhadores vem aumentando a cada dia e, com ela, a busca de seu primeiro emprego, sem espaço para desenvolver-se, devido à urgência que a sociedade lhe impõe para entrar no mercado de trabalho. Além destes, aumentando ainda mais a desigualdade social, encontra-se o contingente de reserva, composto por aqueles cidadãos que, por algum motivo, se encontram inativos, fora do mercado.

Este cenário aponta para a falta de incentivo à educação. Hoje, o que se tem de certo é, para milhares de estudantes universitários, a renda familiar insuficiente não garantir os meios de permanência e término do curso, podendo levar, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão escolar. Além disso, para o desempenho do seu papel social, o estudante precisa, ainda, de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação e oportunidade de participar em eventos acadêmicos e culturais, o que, não raro, se torna impossível aos estudantes de baixa renda.

Neste contexto, para o aluno poder desenvolver-se em sua plenitude, torna-se necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência em termos de moradia, alimentação, transporte, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições. Assim, essa falta de condições que garantam aos universitários o desenvolvimento de seus estudos de forma saudável, torna indispensável o desenvolvimento de uma Política Nacional de Assistência Estudantil, assistência assim entendida por Sposati.

A Assistência Social é tida como política pública que se ocupa do provimento de atenções para enfrentar as fragilidades de determinados segmentos sociais, superar exclusões sociais e defender e vigiar os direitos mínimos de cidadania e dignidade. É política de atenção e de defesa de direitos: saúde, educação, transporte, emprego, etc - sendo assim, é uma política de longo alcance, na medida em que o homem contém, virtualmente, fragilidades e que as heterogeneidades dos seres humanos geram necessidades especiais (SPOSATI, 1997, p. 4 - 5).

Porém esse atendimento, no ponto de vista da autora do trabalho, não se trata de um assistencialismo, nem de um paternalismo, mas de um dever da Universidade como instituição pública que busca formar cidadãos comprometidos com as questões sociais.

Defender e buscar uma Universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, competente é o grande desafio de hoje e, especialmente, da administração da UFPel, visto a crise da Universidade ser também reflexo da crise econômico-social brasileira. Contudo, esta deve ser uma luta a enfrentar não só por aqueles que trabalham e estudam nas Universidades, mas por toda sociedade que as mantém, quer sendo ouvida na identificação das bases de um novo projeto alternativo, quer na fiscalização de sua implantação.

Vale ressaltar que a defesa do ensino público gratuito supõe o planejamento e a execução de Políticas de Assistência Estudantil, ou seja, políticas de promoção e apoio ao estudante, complementadas pelas condições plenas aos servidores no exercício de suas funções. Com isso, não se entende apenas a valorização do acesso do indivíduo à Universidade, mas também da sua permanência nela.

Cabe, deste modo, à Coordenadoria de Assuntos Estudantis na UFPel estimular ações e programas que venham a garantir melhores condições de estudo na Universidade, supondo um compromisso individual e coletivo da comunidade acadêmica. Deve também refletir, em suas ações, uma constante prática pedagógica, pressupondo, então, um processo permanente de debates e de tomadas de decisão com os sujeitos envolvidos e comprometidos com o assunto na instituição.

## **2.1. Breve histórico da Assistência Estudantil na UFPel**

Importa registrar, de modo geral, a Política de Assistência Estudantil ter, como objetivo, promover o acesso e a permanência do estudante no ensino superior público, oferecendo-lhe condições materiais para a garantia do processo de formação acadêmica e profissional (FONAPRACE, 1998). Assim, pode-se considerar a assistência na Universidade como mecanismo facilitador do acesso a bens e serviços, objetivando atender às necessidades concretas dos alunos ou buscando fornecer condições igualitárias para o processo de formação acadêmica e profissional. Tal constatação leva à seguinte indagação: como a UFPel vem promovendo e efetivando a Assistência Estudantil?

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com sede na cidade de Pelotas e um campus no município de Capão do Leão (antiga localização da Reitoria da UFPel até setembro de 2009), criada pelo Decreto-Lei nº 750, de 08 de agosto de 1969, estruturada pelo Decreto nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969, é definida – segundo o Estatuto em vigor –, como uma Instituição Federal de Ensino Superior. É constituída por unidades de formação, órgãos suplementares e órgãos de administração. A administração superior da Universidade é formada pelos seguintes órgãos: Conselho Universitário, Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Diretor da Fundação (Art. 5º e Art. 6º do Estatuto da UFPel). O Conselho Universitário é definido como órgão superior de deliberação em matéria administrativa e definição da política geral da Universidade (Art. 14 do Estatuto da UFPel).

A Reitoria é o órgão executivo superior que coordena, fiscaliza e superintende todas as atividades da Universidade, além de possuir, como órgãos de assessoria, as seguintes Pró-Reitorias: a Pró-Reitoria Administrativa, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, a Pró-Reitoria de Gestão de Recursos Humanos, a Pró-Reitoria de Graduação, a Pró-Reitoria de Infraestrutura, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. Além dessas Pró-Reitorias, a UFPel tem alguns centros como a Agência da Lagoa Mirim, o Biotério Central, o Centro de Informática, o Centro de Integração do Mercosul e a Coordenadoria de Comunicação Social.

O órgão responsável pela gestão da Assistência Estudantil na UFPel é a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, cujo objetivo é “o *desempenho de programas que auxiliem na manutenção financeira do aluno com o fito principal de mantê-lo dentro da Universidade até a conclusão do seu curso de graduação escolhido*”<sup>1</sup>.

Para viabilizar estas diretrizes, a Pró-Reitoria conta, na sua estrutura organizacional, com duas (2) coordenadorias: 1- a Coordenadoria de Benefícios, responsável pela execução dos Programas de Bolsa Auxílio Alimentação, Bolsa Auxílio Transporte e Moradia Estudantil, cuja execução é realizada por uma chefia, uma secretária, quatro assistentes sociais, dois psicólogos, dois recepcionistas e dois membros administrativos; 2- a Coordenadoria da Moradia Estudantil, o setor responsável pela Moradia Estudantil, cuja execução é realizada por uma chefia e dois membros administrativos.

A primeira Coordenadoria, a de Benefícios, desenvolve suas atividades no centro da cidade de Pelotas e tem como objetivo prestar assistência aos alunos da graduação com dificuldades socioeconômicas, através dos Programas Bolsa Auxílio Alimentação, Bolsa Auxílio Transporte e Moradia Estudantil. Também é seu encargo o Programa de Isenção da Taxa de Inscrição para o Processo Seletivo do ENEM e dos Programas de Pós-Graduação. A segunda, a da Moradia Estudantil é mantida pela UFPel, há mais de trinta anos, com o objetivo de atender às necessidades de alojamento dos alunos de graduação regularmente

---

<sup>1</sup> Acessado no dia 15 de outubro de 2010: <http://wp.ufpel.edu.br/prae/sobre/>.

matriculados em seus cursos, residentes, preferencialmente, fora da cidade de Pelotas e identificados na análise socioeconômica realizada pela Coordenadoria de Benefícios Estudantis<sup>2</sup>.

A UFPel possui um alojamento estudantil (alugado): a Casa do Estudante, localizada no centro da cidade de Pelotas, com capacidade para 203 moradores, com população mista, distribuída em quartos femininos e masculinos que alojam quatro moradores em cada um deles. No início de todos os semestres, é aberto o período de inscrições visando ao preenchimento das vagas existentes. O número delas oscila a cada semestre, dependendo do número de moradores egressos ao término do período anterior. As inscrições são realizadas na Coordenadoria de Benefícios Estudantis, sendo a análise realizada por seu corpo técnico.

Conforme consta no relatório da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, os Restaurantes Universitários (RUs) visam à integração e ao apoio à permanência dos estudantes da UFPel, sendo vinculados à Fundação de Apoio Universitário (FAU) e ao conselho gestor da UFPel composto pelos três seguimentos da comunidade universitária, sob a responsabilidade da vice-reitoria. Localizam-se no centro da cidade um no mesmo prédio da Casa do Estudante e outro nas proximidades, ainda uma extensão, funcionando no Campus Capão do Leão, no município do Capão do Leão, numa distância de aproximadamente 20 Km da cidade de Pelotas, para atender aos alunos cujos cursos (Agronomia, Veterinária, etc ) ficam nesse campus, através do fornecimento de almoço. A partir do mês de abril de 2011, a UFPel inaugurou mais um Restaurante Universitário no centro de Pelotas, na rua XV de Novembro, com o objetivo de facilitar o atendimento ao maior número possível de alunos.

Além dessas duas Coordenadorias, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis tem um Núcleo de Atenção à Saúde, com um posto médico no Campus Universitário do Capão do Leão, prestando atendimento aos alunos e à comunidade em geral, nas áreas de clínica médica, enfermagem, ginecologia, pediatria e odontologia. Está localizado há 10 anos no prédio número 5 (antigo

---

<sup>2</sup> Acessado no dia 15 de outubro de 2010: <http://wp.ufpel.edu.br/prae/coordenadoria-de-beneficios-estudantis/>.

prédio da Faculdade de Nutrição). Mas as consultas odontológicas são disponibilizadas apenas para os alunos e servidores da UFPel e agendadas no último dia útil de cada mês. Os demais atendimentos são abertos para toda a comunidade. Retomar-se-á sob forma de gráfico e tabela, a questão da saúde e os diferentes programas serão apresentados detalhadamente mais adiante.

## **2.2. Descrição da Política de Assistência Estudantil na UFPel**

Existem dados da UFPel capazes de mostrar claramente que o valor destinado à Assistência Estudantil é expressivo e permite uma série de benefícios para os estudantes.

No Art. 5º da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 que institui o PNAES destaca-se:

Despesas deste Plano correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, devendo o poder executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes observadas os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira (Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007, p. 2).

Estes recursos são destinados à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, para desenvolver Programas de Assistência Estudantil, visando minimizar as desigualdades sociais dos estudantes de graduação e /ou pós-graduação da UFPel. De acordo com o Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (DPDI), o qual faz parte da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, na UFPel, em 2009, havia 10.332 alunos de graduação e 1.957 alunos da pós-graduação, sendo 818 da especialização, 783 do mestrado e 356 do doutorado.

A seguir, apresentam-se os Programas desenvolvidos em 2009, através da citada Pró-Reitoria, os quais farão parte do objeto a ser pesquisado, neste trabalho, com as suas características e finalidades, visto que o objetivo da pesquisa é conhecer as concepções existentes sobre a Política de Assistência



Estudantil, desenvolvida na UFPel a partir de 2009, entre os alunos participantes de seus programas.

Quadro 1: **PROGRAMA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO – 2009 - UFPel**

Objetivos	Destinatários	Serviços prestados		Recursos
		Tipo	Quantidade	
<p>a) viabilizar a permanência dos alunos na Universidade, reduzindo, conseqüentemente, os índices de evasão e também melhorando o desempenho acadêmico;</p> <p>b) subsidiar a alimentação dos alunos de graduação da UFPel, carentes de recursos socioeconômicos;</p>	<p>a) alunos da graduação;</p>	<p>a) os 203 alunos da CEU têm bolsa integral: café de manhã, almoço e jantar todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados;</p> <p>b) 22 alunos ex-moradores da CEU são beneficiados com bolsa integral de alimentação.</p> <p>c) 1.295 alunos da UFPel com bolsa parcial: almoço (de segunda-feira até sexta-feira).</p>	<p>a) quantidade de alunos beneficiados com bolsa de alimentação na UFPel: 1.520;</p> <p>b) quantidade de alunos que solicitaram o benefício em 2009: 1.189;</p> <p>c) quantidade de alunos contemplados dos solicitantes em 2009: 783.</p>	<p>a) recursos e gastos em 2009: R\$ 737.486, 00.</p>

Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel.

Neste quadro apresentam-se o Programa de Bolsa Auxílio Alimentação, no período do ano de 2009 cujo objetivo é viabilizar a permanência dos alunos na Universidade Federal de Pelotas, reduzindo, conseqüentemente, os índices de evasão e melhorando o desempenho acadêmico, através de subsídios para uma alimentação adequada aos alunos de graduação com dificuldades econômicas. A responsabilidade da Assistência Estudantil, no tangente ao programa de alimentação, referem-se à seleção dos alunos/bolsistas, ao pagamento das refeições e ao controle da assiduidade dos mesmos. Este Programa se destina aos alunos em nível de graduação, sendo prestados serviços na modalidade de bolsa integral, ou seja, café de manhã, almoço e jantar todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, aos 203 alunos moradores na Casa do

Estudante Universitário, além de 22 alunos ex-moradores que, mesmo desligados dela, mantiveram o benefício integral na alimentação. Também, na modalidade de bolsa parcial, isto é, almoço (de segunda-feira a sexta-feira) aos 1.295 alunos da Universidade. A quantidade de alunos beneficiados com as duas modalidades de bolsa de alimentação na UFPel, é de 1.520. No ano de 2009, 1.189 solicitaram o benefício já mencionado e, dentre esses, 783 foram contemplados, representando um percentual de 65, 8% dos solicitantes.

Para atender a demanda do Programa de Alimentação, foram disponibilizados recursos em 2009, na ordem de R\$ 737. 486, 00, gastos no mesmo ano, com verba alocada pelo PNAES, através do Governo Federal. No documento de Regulamentação do Programa Auxílio Alimentação da Coordenadoria de Benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel, no Capítulo II, Das Condições para habilitação à Bolsa, o art. 2º prevê que qualquer aluno de graduação da UFPel poderá habilitar-se ao Auxílio Alimentação, desde que cumpra as seguintes condições: “*Estar regularmente matriculado: preencher formulário socioeconômico on-line; apresentar a documentação exigida; obedecer aos prazos divulgados*” (REGULAMENTAÇÃO, 2000, p. 1).

Seguindo a mesma linha de abordagem dos critérios de regulamentação, quando se refere à Concessão, no Cap. III do art. 3º diz-se:

A concessão do Auxílio Alimentação será efetuada mediante avaliação socioeconômica, observados os seguintes critérios: a) antecedentes escolares; b) situação de moradia; c) situação de trabalho; d) constelação familiar; e) renda per capita; f) bens móveis e imóveis da família; g) ocupação dos responsáveis pelo sustento da família; h) escolaridade dos responsáveis pelo sustento da família; i) itens de conforto familiar (REGULAMENTAÇÃO, 2000, p. 1).

Nesta citação, observam-se os diferentes critérios socioeconômicos para os alunos acessarem o benefício de alimentação na UFPel. No Auxílio Transporte a seguir apresentado, da regulamentação do ano de 2003, utilizam-se atualmente os mesmos critérios das condições para habilitação à bolsa.

Quadro 2: **PROGRAMA AUXÍLIO TRANSPORTE – 2009- UFPel**

Objetivos	Destinatários	Serviços prestados		Recursos
		Tipo	Quantidade	
<p>a) contribuir para a permanência dos alunos na Universidade, reduzindo, consequentemente e os índices de evasão e também melhorando o desempenho acadêmico;</p> <p>b) subsidiar o transporte dos alunos da UFPEL, carentes de recursos socioeconômicos.</p>	<p>a) alunos da graduação e pós-graduação.</p>	<p>a) vales urbanos;</p> <p>b) vales dos bairros de Pelotas ao campus de Capão do Leão.</p>	<p>a) total de 1.818 alunos beneficiados pelo auxílio transporte, sendo 17 pós-graduandos;</p> <p>b) 1.433 alunos solicitaram em 2009;</p> <p>c) 959 alunos foram contemplados em 2009.</p>	<p>a) recursos e gastos em 2009: R\$ 575.908,40.</p>

Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel.

No Quadro 2, aborda-se o Programa de Bolsa Auxílio Transporte no ano 2009 na UFPel, com dois objetivos principais: a) busca contribuir para a permanência dos alunos na instituição, reduzindo, consequentemente, os índices de evasão, melhorando o desempenho acadêmico, b) visa subsidiar o transporte dos alunos com poucos recursos socioeconômicos. Difere do Programa de Alimentação, por atender, além dos alunos da graduação, os de pós-graduação regularmente matriculados nessa Instituição de Ensino Superior. Os serviços prestados pela Assistência Estudantil, no tangente ao transporte, referem-se à seleção dos alunos/bolsistas, ao pagamento e distribuição dos vales. Incluem duas modalidades: o Sistema Transporte Urbano e o Sistema Convênio UFPel. O primeiro compreende o transporte regular dentro da cidade (ida e volta) com vales urbanos, devido à Universidade possuir seus prédios distribuídos em vários pontos da cidade. O segundo compreende os itinerários bairro/campus e

centro/campus (ida e volta), tendo em vista a Universidade ter um campus localizado no município Capão do Leão, antigo bairro da cidade de Pelotas.

Em relação à quantidade de alunos beneficiados por este Programa, são 1.818, sendo 17 pós-graduandos. No ano de 2009, 1.433 alunos solicitaram essa modalidade de bolsa, e 959 alunos foram contemplados, representando um percentual de 66, 9% das solicitações. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis disponibilizou em 2009, uma verba de R\$ 575. 908, 40, recurso alocado pelo PNAES, órgão do governo federal brasileiro.

Quadro 3: **PROGRAMA DE AUXÍLIO MORADIA – 2009 - UFPel**

Objetivos	Destinatários	Serviços prestados		Recursos
		Tipo	Quantidade	
<p>a) atender às necessidades de alojamento dos alunos de graduação, residentes preferencialmente, fora da cidade de Pelotas e identificados na análise socioeconômica realizada pela Coordenadoria de Benefícios.</p>	<p>a) alunos de graduação</p> <p>b) predomínio da cidade de origem dos atuais moradores: Pelotas (zona rural); São Lourenço do Sul; Canguçu e Jaguarão;</p> <p>c) outros estados de origem dos moradores: Pará, Maranhão, Ceará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina;</p> <p>d) predomínio de cursos destes alunos: Agronomia, Engenharia Agrícola, Veterinária, Ciências Sociais, Enfermagem, Matemática.</p>	<p>a) portaria e vigilância;</p> <p>b) manutenção de equipamentos;</p> <p>c) sala de estudos e TV;</p> <p>d) laboratórios de informática;</p> <p>e) lavanderia;</p> <p>f) serviço de comunicação (telefone);</p> <p>g) coordenação da CEU.</p>	<p>a) moradores na CEU: atualmente 203 alunos;</p> <p>b) alunos inscritos em 2009 neste programa: 147;</p> <p>c) quantidade de alunos beneficiados em 2009: 66.</p>	<p>a) recursos e gastos em 2009: R\$ 514.657,72.</p>

Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel.

O Quadro 3 apresenta o Programa de Auxílio à Moradia cujo objetivo é atender às necessidades de alojamento dos alunos de graduação, residentes,

preferencialmente, fora da cidade de Pelotas e identificados na análise socioeconômica realizada pela Coordenadoria de Benefícios. Essa assistência estudantil é direcionada exclusivamente aos alunos de graduação da UFPel. Cabe salientar que novas vagas são disponibilizadas, à medida que os moradores concluem os seus cursos; desistam por motivos pessoais; por infringir pré-requisitos ou, por algum outro motivo, não possam mais permanecer com o benefício.

Ressalta-se que o predomínio de origem dos moradores da Casa do Estudante Universitário é do estado do Rio Grande do Sul, totalizando 94,08%, oriundos dos municípios de Pelotas (zona rural); São Lourenço do Sul; Canguçu e Jaguarão. Além destes, há alunos de outros estados, tais como: Pará, Maranhão, Ceará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, conforme tabela abaixo.

#### **Distribuição dos moradores da CEU/UFPel por UF:**

<b>Tabela: 1</b>	<b>ano: 2009</b>	
<b>Unidade Federativa (UF)</b>	<b>V. abs.</b>	<b>%</b>
Rio Grande do Sul (RS)	191	94,08
São Paulo (SP)	4	1,92
Maranhão (MA)	3	1,44
Ceará (CE)	2	0,96
Minas Gerais (MG)	1	0,48
Goiânia (GO)	1	0,48
Santa Catarina (SC)	1	0,48
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>100</b>

Fonte: Levantamento realizado pela Coordenação da Seção de Moradia Estudantil da UFPel, em 25/08/09.

Observa-se que, em 2009, grande parte dos moradores da CEU era originária do próprio estado do RS. Doze moradores provinham de outros estados como São Paulo, Maranhão, Ceará, Minas Gerais, Goiânia e Santa Catarina. Na pesquisa exploratória realizada sobre a Política de Assistência Estudantil, a

Coordenadora da CEU afirmou que, quando os alunos são indagados sobre o motivo de virem de tão longe, alegam a qualidade do curso escolhido na UFPel, além da gratuidade do curso e da possibilidade de acesso aos benefícios Transporte, Alimentação e Moradia.

**Distribuição dos moradores CEU/UFPel por municípios gaúchos no 1º semestre 2009:**

**Tabela: 2          ano: 2009**

<b>Municípios gaúchos</b>	<b>V. abs.</b>	<b>%</b>
Canguçu	14	7,14
São Lourenço do Sul	13	6,63
Jaguarão	12	6,12
Pelotas (zona rural)	12	6,12
Santa Vitória do Palmar	7	3,57
Camaquã	7	3,57
Igrejinha	6	3,06
Rio Grande	5	2,55
Arroio Grande	5	2,55
Encruzilhada do Sul	4	2,04
Bagé	3	1,53
Marau	3	1,53
Alegrete	3	1,53
São José do Norte	3	1,53
Caxias do Sul	3	1,53
Outros municípios gaúchos	91	47,64
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>100</b>

Fonte: Levantamento realizado pela Coordenação da Seção de Moradia Estudantil da UFPel, em 25/09/09.

Dos 191 gaúchos residentes na CEU, há uma concentração maior de moradores oriundos da metade sul do Estado, municípios circunvizinhos da sede

da UFPel. Mesmo assim, é interessante observar que predomina a diversidade no tangente à procedência de municípios gaúchos. No quadro está ressaltado um percentual de alunos que vieram de “outros municípios gaúchos”, englobando um número de estudantes dispersos por várias cidades do Rio Grande do Sul, sem concentração em nenhuma delas, segundo as informações da coordenação da moradia estudantil, responsável pelos dados descritos.



## Distribuição dos moradores CEU/UFPel por curso no 1º semestre 2009:

**Tabela: 3 ano: 2009**

Curso UFPEL	V. abs.	%
Agronomia	38	18,26
Engenharia Agrícola	18	8,65
Veterinária	15	7,21
Ciências Sociais	12	5,76
Enfermagem	11	5,28
Matemática	10	4,80
Geografia	07	3,36
Pedagogia	06	2,88
Educação Física	06	2,88
Filosofia	06	2,88
Meteorologia	05	2,40
Biologia	05	2,40
História	05	2,40
Direito	05	2,40
Turismo	05	2,40
Artes Visuais	05	2,40
Odontologia	04	1,92
Ciência da Computação	04	1,92
Química de Alimentos	04	1,92
Medicina	03	1,44
Química	03	1,44
Letras – Francês	03	1,44
Letras – Português	03	1,44
Viticultura e Enologia	02	0,96
Física	02	0,96
Canto	02	0,96
Nutrição	02	0,96
Teatro	02	0,96
Economia	02	0,96
Zootecnia	02	0,96
Letras – Inglês	01	0,48
Letras – Espanhol	01	0,48
Letras – Alemão	01	0,48
Química Industrial	01	0,48
Antropologia	01	0,48
Arquitetura	01	0,48
Administração	01	0,48
Engenharia Sanitária e Amb.	01	0,48
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>100</b>

Fonte: levantamento realizado pela Coordenação da Seção de Moradia Estudantil em 25/08/09.

Observação: O total de cursos não corresponde ao total de moradores da CEU, visto alguns bolsistas estarem em mais de um curso. São 203 moradores com 208 matrículas. A partir de 2009, foi publicada a Lei 12.089, proibindo a mesma pessoa de ocupar 02 (duas) vagas simultaneamente em Instituições Públicas de Ensino Superior.

Existe uma predominância de moradores nos cursos tradicionais da UFPel, na área de ciências agrárias. Vale observar a procura por cursos exclusivos da UFPel, como ciências sociais, história, geografia, meteorologia, artes visuais. Mesmo não havendo concentração de bolsistas, importa destacar a procura pelos cursos novos.

**Distribuição dos moradores da CEU/UFPel por idade no 1º semestre 2009:**

<b>Tabela: 4 ano: 2009</b>		
<b>Idade</b>	<b>V. abs.</b>	<b>%</b>
Menor de 18 anos	02	0,98
18 a 21 anos	64	31,52
22 a 25 anos	92	45,32
26 a 30 anos	38	18,71
31 a 35 anos	05	2,46
36 a 40 anos	02	0,98
Mais de 40 anos	-	-
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>100</b>

Fonte: Levantamento realizado pela Coordenação da Seção de Moradia Estudantil da UFPel, em 25/08/09.

Alguns moradores da CEU são muito jovens. Tem sido mais frequente seu ingresso na moradia, ainda quando menores de idade. No ano de 2009, predominaram as faixas etárias de 18 e 25 anos.

**Distribuição dos moradores da CEU/UFPeI por ano de ingresso na moradia estudantil:**

**Tabela: 5      ano: 2009**

<b>Ano que ingressou</b>	<b>V. abs.</b>	<b>%</b>
2009	45	22,16
2008	51	25,12
2007	40	19,70
2006	33	16,25
2005	25	12,31
2004	07	3,44
2003	01	0,49
2001	01	0,49
<b>Total</b>	<b>203</b>	<b>100</b>

Fonte: Levantamento realizado pela Coordenação da Seção de Moradia Estudantil da UFPeI, em 25/08/09.

A maioria dos moradores da CEU ingressou na moradia nos quatro últimos anos. A partir de 2007, observa-se uma diminuição gradativa de moradores, correspondendo ao fluxo de movimento natural de estudantes que concluem o curso, procuram outra opção de moradia, desistem ou trancam a matrícula. Com a finalidade de atender a demanda dos moradores da CEU, os diferentes serviços prestados por essa modalidade de assistência estudantil são os seguintes:

- a) Portaria e vigilância:** controle de entrada e saída dos moradores e seus visitantes, pelo porteiro. O aluno morador é identificado por impressão digital, para controle da movimentação de entrada e saída dos estudantes. Ao visitante é solicitada identificação através de documento e registro no sistema, quando então, o porteiro localiza o aluno morador através do interfone para autorizar a entrada do visitante. O vigilante é responsável pela segurança da CEU, garantindo a preservação do patrimônio, a segurança dos moradores e funcionários;

- b) Manutenção da casa e de equipamentos:** o primeiro serviço é desenvolvido para atender reparos na rede elétrica, hidráulica, limpeza das áreas comuns da casa, bem como outras necessidades geradas pelo desgaste comum da moradia. Para a manutenção dos equipamentos, como máquinas de lavar roupas, televisão, computadores etc., quando não existe o profissional no quadro efetivo da Universidade, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis disponibiliza recursos para contratação de serviços e material;
- c) Sala de estudos e TV:** há uma sala de estudos em cada um dos cinco andares. No primeiro andar situa-se ainda a sala de televisão com ponto de TV a cabo que está à disposição dos moradores 24 horas. Há também um aparelho de DVD, que deve ser retirado na administração, quando assim o desejarem. Os alunos moradores da CEU podem aproveitar a sala de estudos para fazer os seus trabalhos acadêmicos, bem como qualquer tipo de trabalho relacionado à questão educativa. Cabe salientar que os equipamentos/mobiliários aqui apresentados sofrem um processo de deterioração devido à alta rotatividade de alunos, e às dificuldades de repô-los por causa da burocratização do serviço público quanto a aquisição de material permanente;
- d) Laboratórios de informática:** são disponibilizados sete computadores ligados à internet e uma impressora. Funcionam das 08h00min às 23h00min, de 2ª a 6ª feira, com o acompanhamento de um funcionário que organiza a agenda de ocupação deles. Os alunos têm direito a uma cota de 30 cópias de impressão por mês;
- e) Lavanderia:** o serviço de lavanderia destina-se aos alunos moradores de cada andar. São cinco lavanderias, equipadas com duas máquinas de lavar cada. O material de consumo destinado à higiene das roupas fica a critério de cada morador, ou seja, o auxílio à moradia não oferece o material de consumo;
- f) Serviço de comunicação (telefone):** consiste numa central telefônica localizada na portaria da CEU, um interfone em cada andar e uma campainha em cada quarto, para facilitar o contato externo;

**g) Atribuições da coordenação:** administrar a moradia estudantil, na forma prevista no regimento; cumprir e fazer cumprir o regimento; estar em dia com as necessidades de reparos nas suas dependências; coordenar e supervisionar as atividades dos servidores; mediar relações de conflitos; informar a coordenadoria de benefícios sociais a disponibilidade de vagas existentes; cadastrar e acolher novos moradores.

Quadro 4: **Custos da Moradia – 2009 - UFPel**

<b>ALUGUEL</b>	<b>R\$ 312.813,34</b>
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>R\$ 63.393,75</b>
<b>ÁGUA</b>	<b>R\$ 30.075,92</b>
<b>TELEFONE</b>	<b>R\$ 3.325,21</b>
<b>PORTARIA</b>	<b>R\$ 55.631,68</b>
<b>VIGILÂNCIA</b>	<b>R\$ 15.058,95</b>
<b>DESPESAS NÃO FIXAS</b>	<b>R\$ 34.358,87</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 514.657,72</b>

Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel.

No Quadro 4, apresentam-se dados em relação aos gastos anuais, particularmente no ano 2009. Nele se constata que o prédio é alugado e constam as despesas fixas (energia elétrica, água, telefone, portaria e vigilância), ou seja, aquelas pagas todos os meses pela Assistência Estudantil. Além das despesas constantes, observam-se as não fixas, que dizem respeito à manutenção do prédio para garantir as boas condições de habitabilidade do imóvel, através da destinação de verbas para despesas desta natureza. Salienta-se que o serviço de portaria sempre existiu na CEU, mas no final ano de 2009 agregou-se a ele, o de vigilância com o objetivo de garantir maior segurança e proteção aos estudantes que ali moram.

Quadro 5: **Custos da Moradia – 2010 – UFPel**

<b>ALUGUEL</b>	<b>R\$ 325.199,78</b>
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>R\$ 63.755,22</b>
<b>ÁGUA</b>	<b>R\$ 34.898,83</b>
<b>TELEFONE</b>	<b>R\$ 3.479,73</b>
<b>PORTARIA</b>	<b>R\$ 103.422,12</b>
<b>VIGILÂNCIA</b>	<b>R\$ 106.633,56</b>
<b>DESPESAS NÃO FIXAS</b>	<b>R\$ 23.878,21</b>
<b>LIMPEZA</b>	<b>R\$ 33.008,64</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 694.276,09</b>

Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel.

Ao se analisarem os custos de moradia em 2010, comparados com os do ano 2009, percebe-se que de modo geral, os gastos se mantiveram à exceção daqueles gastos da portaria e da vigilância que dobraram em 2010. Explica-se que, em 2009, o serviço de vigilância foi implantado a partir do 2º semestre devido a alguns problemas de segurança na casa. Por isso, iniciou-se com retardo o trabalho da vigilância e a instalação de câmeras. Quanto ao aumento dos custos com a portaria, referem-se às despesas de encargos sociais e aumento de salário dos profissionais terceirizados. De fato, os entrevistados ressaltaram a questão da vigilância e da portaria nas suas falas, demonstrando que esses dois elementos são importantes como partes constitutivas da assistência estudantil, particularmente referente à CEU.

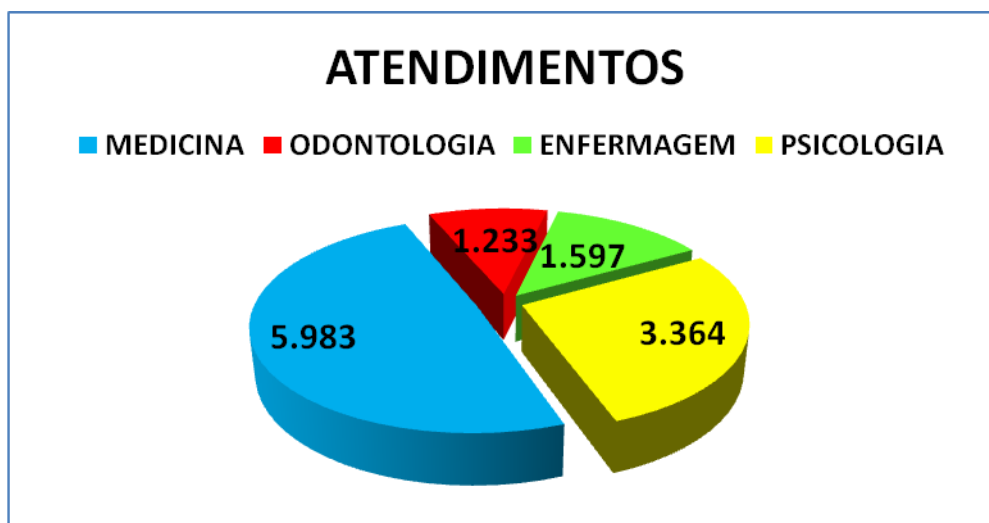
Quadro 6: **PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - 2009 - UFPEI**

Objetivos	Destinatários	Serviços prestados		Recursos
		Tipo	Quantidade	
a) prestar assistência médica, odontológica, psicológica e de enfermagem aos servidores e alunos da UFPEL, além de exames laboratoriais, raio-x, mamografia, ultrassonografia, espirometria e eletrocardiograma.	a) alunos da UFPEI.	a) psicologia b) clínica geral c) odontologia d) enfermagem e) exames laboratoriais f) raio-x g) mamografia h) ultrassonografia i) espirometria j) eletrocardiograma	a) psicologia: 3.364 atendimentos b) médico: 5.983 atendimentos c) odontologia: 1.233 atendimentos d) enfermagem: 1.597 atendimentos.	a) recursos e gastos em 2009: R\$ 250.692,47.

Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPEI.

O quadro 6 trata do Programa de Assistência à Saúde, nele estando expresso o objetivo, bem como a abrangência das diversas áreas da saúde: medicina, odontologia, psicologia e enfermagem. Embora não esteja identificado no quadro esses serviços são destinados aos alunos, técnicos do corpo administrativo e docentes da UFPEI. Observam-se os diferentes serviços prestados das diversas áreas já mencionadas: psicologia; clínica geral; odontologia; enfermagem; exames laboratoriais; raio-x; mamografia; ultrassonografia; espirometria; eletrocardiograma. Em relação à quantidade de atendimentos durante o ano 2009, são os seguintes: psicologia: 3.364; médico: 5.983; odontologia: 1.233 e; enfermagem: 1.597. No tocante aos recursos e gastos no ano de 2009 para o Programa de Auxílio à Saúde chegam a R\$ 250.692, 47.

**Gráfico 1: Assistência à Saúde em 2009**



Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

No Gráfico 1, apresenta-se o total de atendimentos em quatro áreas da saúde: Medicina, Odontologia, Enfermagem e Psicologia. Cabe salientar que eles foram efetuados durante o ano de 2009 pelo Programa de Assistência à Saúde.

**Quadro 7: Custos da Assistência à Saúde - 2009 – UFPel**

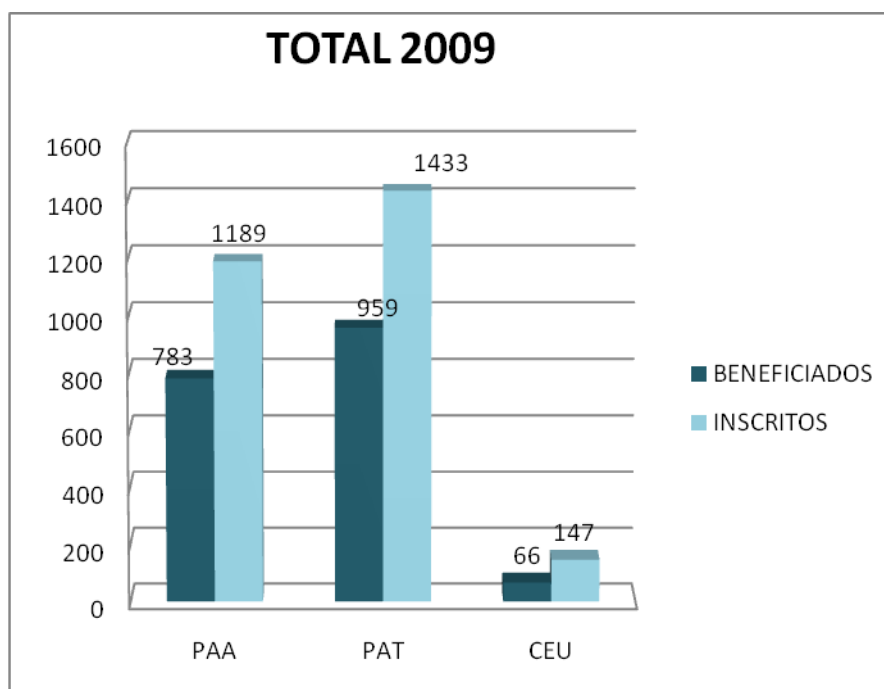
<b>Pessoal</b>	<b>R\$ 176.766,60</b>
<b>Consumo</b>	<b>R\$ 30.592,01</b>
<b>Aluguel</b>	<b>R\$ 32.478,20</b>
<b>Taxas</b>	<b>R\$ 5.625,01</b>
<b>Exames</b>	<b>R\$ 5.230,65</b>
<b>Total</b>	<b>R\$ 250.692,47</b>

Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel.



A partir dos dados apresentados dos custos do ano de 2009 em relação ao Programa de Auxílio à Saúde, notam-se os diferentes gastos dos itens relacionados como pessoal, consumo, aluguel, taxas e exames. A respeito do custo com pessoal, refere-se aos profissionais não pertencentes ao quadro de servidores da UFPel, o que justifica o elevado custo : **R\$ 176.766,60** do Programa. No tocante ao consumo, trata-se de material das áreas específicas da saúde e de escritório relativo à manutenção do serviço. Para facilitar o acesso da comunidade ao serviço de saúde foi criado um novo posto na área central - PROASA – justificando-se o preço do aluguel de **R\$ 32.478,20**. As taxas correspondem à totalidade dos gastos nos dois postos de saúde (cidade e campus), perfazendo o total de R\$ 5.625,00. Os recursos destinados aos exames disponibilizados pelo programa ficaram na ordem de R\$ 5.230,65.

**Gráfico 2: Total de alunos inscritos e beneficiados com o Programa de Assistência Estudantil da UFPel em 2009**



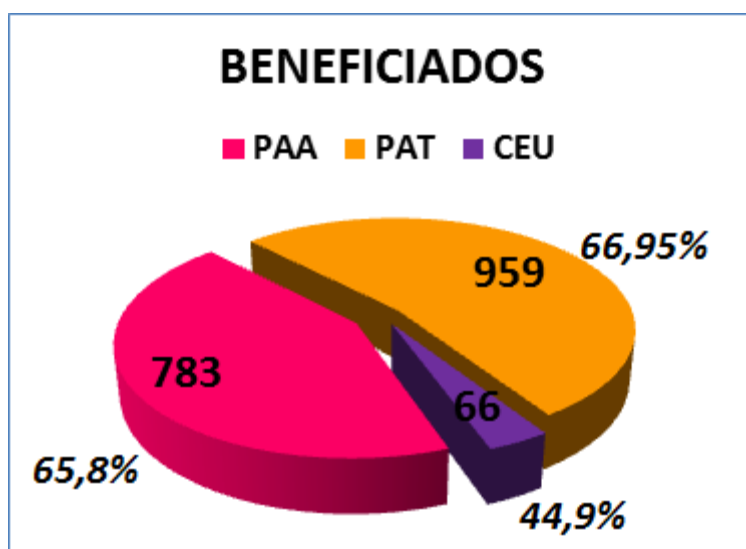
Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel.

No gráfico 2, apresenta-se o número de alunos inscritos nos Programas de Auxílio Alimentação (PAA), Auxílio Transporte (PAT) e Casa do Estudante

Universitário (CEU), com a correspondência do número de alunos contemplados por esses programas.

Observa-se que, no ano de 2009, o total de solicitações para o programa de Bolsa Alimentação (PAA) foi 1189, dos quais, 783 alunos foram contemplados. Quanto ao programa Auxílio Transporte (PAT), foram 1433 solicitações, das quais 959 foram concedidas. Já para a Moradia Estudantil (CEU), 147 estudantes fizeram o pedido, dos quais 66 foram atendidos.

**Gráfico 3: Percentual de alunos beneficiados em cada Programa da Assistência Estudantil - 2009 - UFPel**



Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel.

O gráfico acima expressa os percentuais de beneficiados dentre os inscritos dos três programas de auxílio, extraídos através de uma relação matemática entre o número de inscritos e o número de contemplados.

Através do gráfico, pode observar-se que o programa com mais atendimentos às demandas dos acadêmicos da UFPel, é o Transporte com 66,95% dos beneficiados (das 1433 solicitações, 959 foram concedidas). Em segundo lugar, a Alimentação com 65,8% dos alunos que o solicitaram (1189 inscritos e 783 beneficiados). Por último, o Programa da Moradia Estudantil, com 44,9% de atendimento dos inscritos (dos 147 estudantes que fizeram o pedido, 66

foram atendidos), por ser o programa com maior ponto de corte, devido à necessidade respeitar a capacidade de vagas na casa.

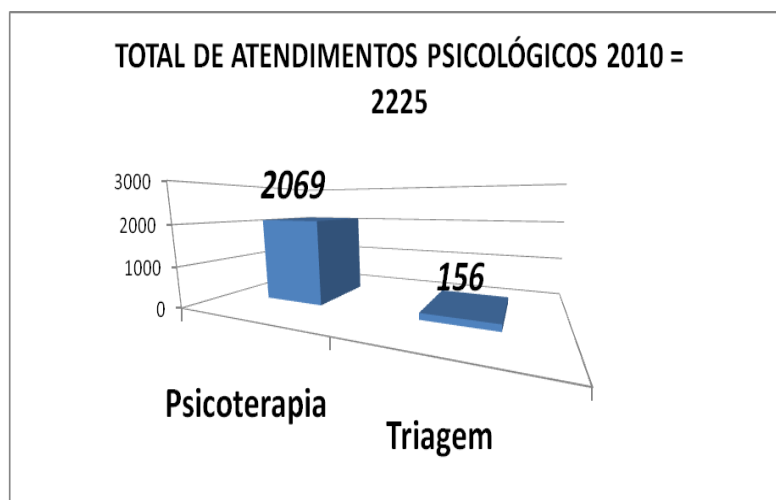
Após a abordagem dos dados dos Programas de Assistência Estudantil na UFPEL no ano de 2009, a seguir serão demonstrados aqueles de 2010 para apresentar, numa perspectiva comparada, os diferentes programas nos dois anos.

Gráfico 4: **Assistência à Saúde em 2010**



Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2010 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Gráfico 5: **Assistência Psicológica em 2010**

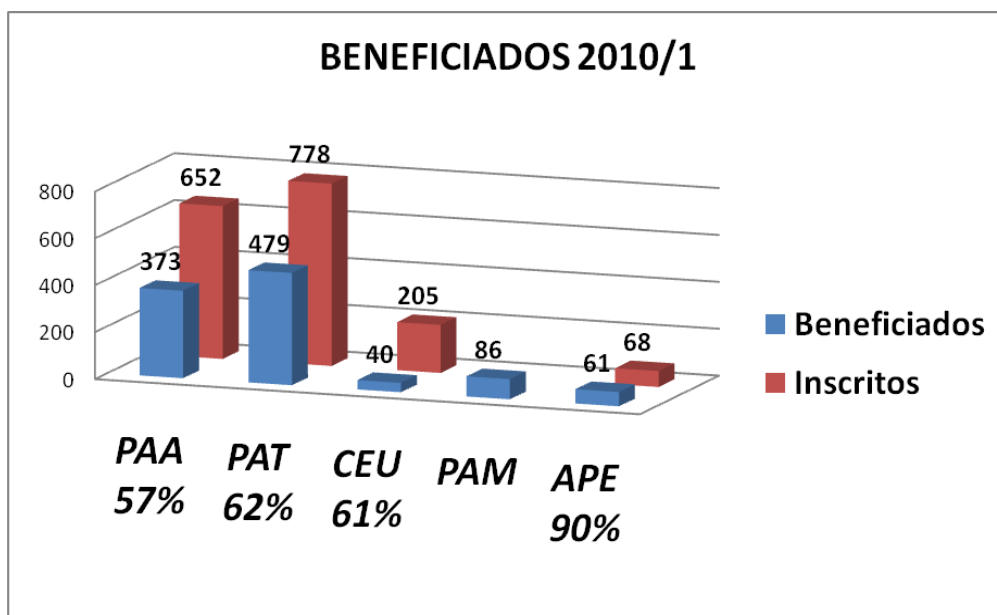


Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2010 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Nos gráficos 4 e 5, apresentam-se os totais de atendimentos no ano de 2010. No gráfico 4 são representadas as áreas da saúde: Medicina, Odontologia, Enfermagem e, no gráfico 5, a área de Psicologia. Em 2010, somente o atendimento de Enfermagem aumentou, os demais diminuíram. O atendimento odontológico caiu de 1.233 em 2009, para 65 em 2010; o atendimento médico de 5.983 em 2009, passou a 4.322 em 2011. Os programas de atendimento odontológico e médico faziam parte do Núcleo de Atenção à Saúde – PROASA até 2009. Em 2010, este último se desvinculou da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, ficando esta apenas com a responsabilidade do posto de saúde do campus Capão do Leão, o que justifica a diminuição de atendimentos odontológicos e médicos de 2009 para 2010. Pode-se observar também, no gráfico 5, comparativamente ao ano anterior, o atendimento psicológico diminuiu, passando de 3.364 atendimentos em 2009, para 2.069 em 2010, sendo que 156 deles fazem parte da triagem de atendimentos. Esta triagem diz respeito aos estudantes que solicitaram o atendimento psicológico, permanecendo em lista de espera aguardando o surgimento de novas vagas.

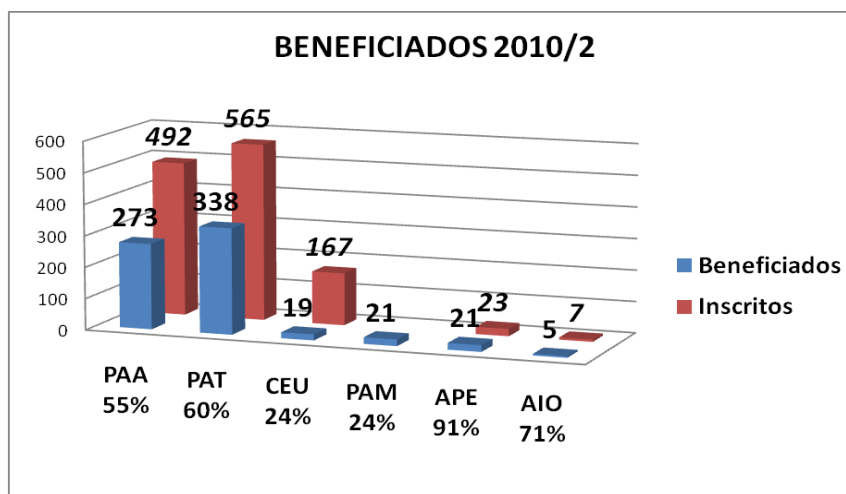
No ano de 2010, com o desligamento do PROASA, da Pró-Reitoria, os valores gastos com a área da saúde (posto médico), foram previstos dentro dos gastos da Coordenadoria. As despesas fixas, pagas pelos recursos da UFPel, os exames feitos pelo Sistema Único de Saúde ( SUS ) e o pessoal do quadro efetivo da Universidade.

**Gráfico 6: Total de alunos inscritos e beneficiados com o Programa de Assistência Estudantil da UFPel no 1º semestre de 2010**



Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2010 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

**Gráfico 7: Total de alunos inscritos e beneficiados com o Programa de Assistência Estudantil da UFPel no 2º semestre de 2010**



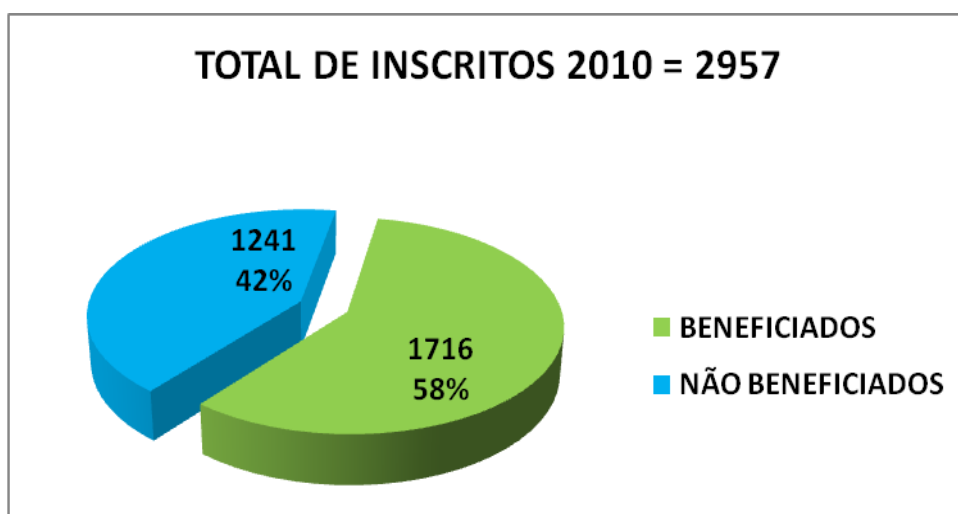
Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2010 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Acima, apresenta-se o número de alunos inscritos no 1º e no 2º semestre de 2010, nos programas de Auxílio Alimentação (PAA), Auxílio Transporte (PAT)

e Casa do Estudante Universitário (CEU). Junto a eles estão os números de alunos contemplados por esses programas.

Observa-se que, no ano de 2010, o total de solicitações para o Programa de Bolsa Alimentação (PAA) foi de 1.144, das quais 646 alunos foram contemplados. Quanto ao Programa Auxílio Transporte (PAT), foram 1.343 solicitações, das quais 817 foram concedidas. Já para a Moradia Estudantil (CEU), 372 estudantes fizeram o pedido, dos quais 59 foram atendidos. Em 2010, novos programas foram implementados, como Auxílio Moradia (PAM), destinados a alunos com dificuldades econômicas para se manterem estudando em cidades distantes da família. Caracteriza-se por um auxílio financeiro de R\$ 300,00 mensais, 107 estudantes foram beneficiados no 1º e 2º semestre de 2010. O Auxílio Pré-escolar (APE) tem como objetivo garantir a permanência dos alunos na graduação, através do custeio de parte de suas despesas relativas à educação e cuidados com dependentes legais na faixa etária de 0 a 5 anos completos, corresponde ao valor de 30% do salário mínimo fornecido mensalmente. E Auxílio Instrumental Odontológico (AIO) destinado apenas aos alunos do curso de Odontologia para utilizarem em forma de comodato, como material didático necessário à sua prática acadêmica durante o período do curso.

**Gráfico 8: Total de alunos inscritos e beneficiados com o Programa de Assistência Estudantil da UFPel de 2010**



Fonte: Sistematização dos dados pelo autor da pesquisa.

Os gráficos 6, 7 e 8 demonstram o número de solicitações e o número de atendimentos, evidenciando-se, de modo explícito, a diferença entre solicitação e atendimento. É interessante destacar que o não atendimento às solicitações dos alunos ocorre basicamente por dois motivos: a falta de documentação completa e/ou renda mais alta incompatível com os programas.

Quando, por algum impedimento, o aluno não for selecionado para receber benefícios dos programas, ou for excluído de um programa do qual participava, há uma Comissão de Recursos, que cuida desses casos para esclarecer ao aluno o porquê da sua desvinculação ao programa ou do indeferimento do programa. Esta Comissão é formada por um grupo de assistentes sociais e é nomeada de Comissão de Assistência e Relações Estudantis (CARE). Na presença desta Comissão, o aluno é orientado a complementar a documentação ou prestar esclarecimentos para melhor entendimento do processo.

No caso da Moradia Estudantil, a não aprovação no benefício diz respeito às poucas vagas disponíveis por isso foi criado o Programa Auxílio Moradia que destina-se a alunos residentes em localidades distantes de Pelotas, não sendo viável o deslocamento diário pelos meios de transportes coletivos disponíveis na cidade, beneficia os alunos com uma ajuda de custo para arcar com estas despesas. Os alunos em situação de vulnerabilidade social, isto é, com mais dificuldades econômicas ficam na Casa do Estudante, por entenderem que este programa é mais consolidado e não poderiam ser excluídos pelo corte de verbas do programa Auxílio Moradia garantindo a permanência destes no benefício.

A seguir, apresenta-se um Gráfico para melhor visualização comparativa dos alunos beneficiados em cada programa em relação à demanda financeira.

Quadro 8: **Total de Investimentos - 2009 - UFPel**

<b>Coordenadoria de Benefícios</b>	<b>R\$ 78.612,35</b>
<b>Coordenadoria de Moradia Estudantil</b>	<b>R\$ 514.657,72</b>
<b>Auxílio Alimentação</b>	<b>R\$ 737.486,00</b>
<b>Auxílio Transporte</b>	<b>R\$ 901.908,40</b>
<b>Núcleo de Atenção à Saúde</b>	<b>R\$ 250.692,47</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.483.356,80</b>

Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2009 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel.

Cabe salientar que, no valor de R\$ 901.908, 40 do Auxílio Transporte ainda está incluído o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), mas interessa saber, nesta parte do trabalho, só o gasto do ensino superior, que é de R\$ 575.908, 40.



Quadro 9: **Total de Investimentos - 2010 - UFPel**

<b>Coordenadoria de Benefícios</b>	<b>R\$ 139.897,00</b>
<b>Coordenadoria de Moradia Estudantil</b>	<b>R\$ 694.276,09</b>
<b>Auxílio Alimentação</b>	<b>R\$ 1.004.950,00</b>
<b>Auxílio Transporte</b>	<b>R\$ 918.938,80</b>
<b>Auxílio Transporte CAVG</b>	<b>R\$ 340.120,00</b>
<b>Auxílio Moradia</b>	<b>R\$ 321.300,00</b>
<b>Auxílio Pré-Escolar</b>	<b>R\$ 80.937,00</b>
<b>Auxílio Instrumental Odontológico</b>	<b>R\$ 15.000,00</b>
<b>Auxílio Instalação</b>	<b>R\$ 6.600,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.522.018.89</b>

Fonte: Dados extraídos do relatório anual de 2010 da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel.

Devido à UFPel ter aderido 100% ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), no ano de 2010, grande foi a procura de alunos de todo o Brasil em busca de vagas. Esta procura da Assistência Estudantil como alicerce para a grande maioria dos novos estudantes, ocasionou um elevado aumento dos números de pedidos e concessões dos benefícios bem como a diversificação dos programas. Isso justifica o crescimento expressivo dos gastos em 2010 comparativamente ao ano de 2009. Ao analisar esta diferença dos gastos da Coordenadoria de Benefícios de 2009 para 2010, constata-se quase ter dobrado em 2010. Para esclarecer esse aumento quantitativo dos valores, foram procurados os profissionais que trabalham diretamente na Coordenadoria de Benefícios. Justifica

o aumento devido ter sido necessário a contratação de profissionais da área da segurança e, de agentes de portaria. Em relação ao Auxílio Transporte, com o aumento de número dos campi da Universidade (Anglo, onde se localiza a Reitoria), atualmente alguns alunos podem receber até seis vales transporte diários para seus deslocamentos bairro-centro/campus. A criação do Auxílio Instalação (em dinheiro) visa ajudar os alunos com dificuldades financeiras para aguardar a divulgação do resultado do processo seletivo dos programas assistenciais.

Todos esses programas, mencionados como modalidades das Políticas de Assistência Estudantil da UFPel, buscam garantir a permanência de alunos de graduação, em condições de vulnerabilidade socioeconômica, procurando assegurar-lhes condições adequadas ao desenvolvimento acadêmico.

A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), afirma:

a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, seus cursos, seus programas, seus projetos e seus setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, e em caráter obrigatório, a responsabilidade social da instituição com relação à inclusão social e às políticas de atendimento a estudantes e egressos (LEI Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, art. 3º).

Todos os princípios expostos anteriormente instigam a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel a assumir a Política de Assistência Estudantil como um espaço e um direito de cidadania, procurando ações que levem à revisão e à reflexão das práticas institucionais.

Cabe ao sistema educacional o papel de propiciar ações para efetivar os direitos sociais. Dentro deste contexto, o setor educacional tem hoje o papel de possibilitar e de oferecer alternativas para que as pessoas excluídas possam ter oportunidade de reintegrarem-se através da participação, bem como da luta pela universalidade de direitos sociais e do resgate da cidadania.

Por isto, interessa analisar se a Política de Assistência Estudantil da UFPel está demarcada pela perspectiva de uma política de direito dos cidadãos,

propiciando condições que, de fato, lhes possibilitem concluir o curso de graduação de forma exitosa e conquistar a sua cidadania. Ou se ela permanece na concepção de uma ajuda assistencialista oferecida aos despossuídos de condições para o estudo superior, sem preocupar-se com a sua qualificação pessoal e profissional.

Para analisar isto, entende-se ser necessário auscultar os diretamente envolvidos nesta Política quer seja como sujeitos usuários e/ou beneficiados. Entende-se poder esta análise indicar os limites e as possibilidades dessa modalidade de Política Social, ou seja, as dificuldades que precisam ser enfrentadas para o seu melhor direcionamento. Igualmente as possibilidades que poderão ser reforçadas para a sua maior qualificação, visto o desenvolvimento de uma política ser concebido como um direito destinado a garantir condições para concluírem um curso superior a todos os estudantes interessados, independente de sua condição socioeconômica.

### **3. ANÁLISE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPel**

A construção deste estudo não seguiu um caminho linear, vários movimentos permitiram a análise do objeto, conjugando dialeticamente teoria e prática (SPOSATI [et al.], 2010, p. 9).

Neste terceiro capítulo da dissertação, busca-se revelar a direção e o percurso da investigação realizada. A seguir, é apresentada a questão norteadora da pesquisa, os objetivos (geral e específicos), a justificativa da escolha da temática, configurando a base metodológica da investigação. Num segundo momento, aborda-se as descobertas da pesquisa e as recomendações e propostas dos sujeitos da investigação. Para proporcionar melhor visibilidade dos resultados obtidos, são mostrados alguns quadros representando os dados coletados nas etapas da pesquisa empírica, além de uma análise deles e de suas descrições e interpretações.

#### **3.1. Problematização da Assistência na UFPel**

A Assistência Estudantil, tendo em vista a inserção profissional da autora nesta política, instiga ao maior aprofundamento do seu significado para os estudantes e as repercussões de sua implantação. Por isto, foi escolhida para objeto desta dissertação, conforme já mencionado. Após debruçar-se mais detidamente sobre esta Política e conhecer alguns dados referentes à sua aplicação na UFPel, entendeu-se ser importante verificar qual a visão dos acadêmicos atendidos por seus programas sobre ela, considerando a ausência de um estudo com este direcionamento. Desta forma, optou-se por ouvir os destinatários da Política, tornando-os sujeitos da avaliação. Para isto, foi

formulada a seguinte questão-chave: Qual é o significado atribuído à Política de Assistência Estudantil desenvolvida na UFPel, desde o ano de 2009, pelos alunos atendidos nos seus programas de moradia, alimentação e transporte? Para ponderar esta questão, interessa colher respostas para os seguintes questionamentos: a) Qual é a concepção de assistência estudantil que os estudantes possuem? b) Como os estudantes avaliam os resultados dos programas da Política de Assistência Estudantil? c) Para os estudantes esses programas contribuem para a sua permanência na UFPel e a conclusão do curso de graduação? Por quê?

Com estas indagações, procurar-se-á obter subsídios para atingir o objetivo geral de conhecer as concepções existentes sobre a Política de Assistência Estudantil, desenvolvida na UFPel a partir de 2009, entre os alunos participantes de seus programas, tendo como objetivos específicos: investigar as concepções dos alunos a respeito da Política de Assistência Estudantil e sua contribuição para a permanência e a conclusão do curso de graduação; analisar a contribuição da Política de Assistência Estudantil aplicada na UFPel, para a emancipação humana e social dos acadêmicos participantes de seus programas; indicar propostas para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Estudantil da UFPel.

### **3.2. Metodologia da pesquisa realizada**

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa que *“pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”* (RICHARSON, 2007, p. 90).

Ao pensar a questão do campo de pesquisa qualitativa, ela remete à discussão de Minayo (2008, p. 105): *“Entendemos por campo, na pesquisa qualitativa, o recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação”*. Nesse sentido, esta pesquisa foi desenvolvida na cidade de Pelotas, no Estado do Rio

Grande do Sul, particularmente na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal de Pelotas por meio de entrevistas semiestruturadas.

Foram usadas como técnicas para a coleta de dados: o estudo bibliográfico fundamental para qualquer tipologia de pesquisa; a análise documental dos materiais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a realização de entrevistas com os estudantes selecionados como participantes da pesquisa.

Na coleta dos dados da pesquisa de campo foi utilizado um roteiro de perguntas estruturadas e semiestruturadas para efetuar as entrevistas, com 64 moradores da Casa do Estudante Universitário da UFPel, correspondendo aproximadamente a 30% do total de 203 residentes. Optou-se pela entrevista semiestruturada porque, conforme Gil (1994, p. 39) essa deve acontecer com *“pessoas que tiveram experiências com o problema pesquisado”*. Além disso, *“[...] a entrevista semiestruturada que combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”* (MINAYO, 2008, p. 108).

Para fundamentar o que seria um roteiro numa pesquisa como essa, recorreu-se a Minayo, para quem esta técnica auxiliaria na coleta dos dados: *“visa a compreender o ponto de vista dos atores sociais previstos como sujeitos/objeto da investigação e contém poucas questões”* (MINAYO, 2006, p. 190). De acordo com a autora, *“Roteiro é sempre um guia, nunca um obstáculo, não devendo prever todas as situações e condições de trabalho de campo”* (p. 190) na referência. Seguindo o argumento, ela mostra: *“É dentro dessa visão que deve ser elaborado e usado, facilitando a emergência de temas novos durante o trabalho de campo, provocados por seu questionamento”* (p. 190).

Após a realização das entrevistas e com o registro organizado dos dados, foi feita a sua análise. Os dados qualitativos, quando possível, foram mostrados através de quadros, para melhor visualização das descobertas da pesquisa. O estabelecimento de categorias é explicitado nesta pesquisa, com base no exame dos dados coletados. O parecer é fundamentado na proposta de análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977). Para ele, a análise de conteúdo é

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção, recepção (variáveis inferidas) das mensagens (BARDIN, 1977, p. 21).

Para a análise das “falas” (respostas dos pesquisados às questões semi-estruturadas) foram seguidas as três (3) etapas básicas da análise de conteúdo:

### **I. Pré – análise**

- a) Na organização do material, ordenaram-se as falas de acordo com sexo, idade, procedência, curso e programas de moradia, alimentação e transporte dos sujeitos da pesquisa, para posterior leitura e levantamento de hipóteses ou, no mínimo, para fazer perguntas despertadas pelo material e pelo objetivo proposto.
- b) Toda a tabulação das falas foi organizada de acordo com as perguntas e cada uma deu origem a um documento só com as suas respostas. O material assim organizado possibilitou análise mais consistente.
- c) Definiu-se a unidade de registro de contexto, com trechos significativos para leitura e análise e os registros de impressões iniciais sobre as mensagens.

### **II. Descrição analítica**

O material resultante do roteiro das entrevistas foi submetido a um estudo aprofundado, orientado em princípio pelo referencial metodológico e pela revisão bibliográfica feita sobre o tema. Utilizaram-se, então, estes procedimentos: codificação, classificação e categorização que são básicos nesta instância do estudo.

### **III. Interpretação referencial**

As questões semiestruturadas expostas (Apêndice nº 1) dizem respeito à Política de Assistência Estudantil na UFPel, particularmente ao Programa de Alimentação, Moradia e Transporte, procurando-se:

- a) Identificar as diferentes concepções sobre a Política de Assistência Estudantil concebidas pelo conjunto de estudantes da UFPel;
- b) Descobrir como os estudantes avaliam os resultados dos programas desenvolvidos pela Política de Assistência Estudantil;
- c) Conhecer como os estudantes percebem a contribuição da Política de Assistência Estudantil para a permanência e a conclusão do curso de graduação;
- d) Analisar as possíveis repercussões da Assistência Estudantil na vida dos estudantes.

Nesta fase, foram efetuadas exaustivas leituras do material e catalogados quais unidades de significado apareceram com maior intensidade. Depois verificou-se, quando possível, qual a mensagem oferecida por aquele dado, sendo feita uma interpretação final deles, construída a partir das categorias da historicidade, contradição e totalidade.

A seguir, passou-se à sistematização final dos dados.

### **3.3. Caracterização geral dos sujeitos pesquisados**

Em 2010, a CEU atendia a 203 estudantes. Selecionaram-se, para a realização das entrevistas, 64 moradores, equivalendo a 30% do total de residentes, com os critérios: a) paridade de gênero, com 32 do sexo masculino e 32 do sexo feminino; b) diversificação por cursos de graduação e por tipo de programas assistenciais, a fim de obter uma representação de todos os programas e dos diferentes cursos.

Considerando os critérios estabelecidos, os alunos foram selecionados intencionalmente pela pesquisadora, tendo por base o cadastro existente na CEU. As entrevistas realizaram-se de setembro a dezembro de 2010. Optou-se pela escolha de estudantes com ingresso em um dos programas - moradia, alimentação e transporte – antes de janeiro de 2010, por entender que eles teriam maior experiência a ser analisada. Os programas escolhidos foram estes por serem os mais procurados na UFPel.



Cabe destacar que a pesquisadora, ao entrar em contato com os selecionados, em primeiro lugar esclareceu-os sobre a pesquisa, conforme aspectos básicos, citados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos (Apêndice nº 2). A proposição técnica do Termo de Consentimento considerou a “declaração de consentimento” convergente a uma relação de mútuo respeito e consideração aos princípios éticos básicos da pesquisa científica com seres humanos, especialmente no tangente às decisões autônomas de cada participante. O consentimento voluntário dos sujeitos da pesquisa é essencial, pois as pessoas devem ter conhecimento e compreensão suficientes do assunto em estudo para tomar uma decisão informada e esclarecida (LUNA, 2008).

Para um melhor entendimento das análises feitas pelos sujeitos pesquisados, apresentar-se-á, em primeiro lugar, uma caracterização geral deles, com as variáveis: sexo, semestre, curso, idade e procedência.

A seguir, será mostrada a série de quadros para a caracterização dos pesquisados.

### 3.3.1. Semestre e Sexo dos Entrevistados

QUANTIDADE DE ALUNO	Sexo		SEMESTRE
	Feminino	Masculino	
2 alunos	1	1	2º Semestre
9 alunos	4	5	3º Semestre
19 alunos	10	9	4º Semestre
4 alunos	0	4	5º Semestre
16 alunos	12	4	6º Semestre
3 alunos	1	2	7º Semestre
4 alunos	1	3	8º Semestre
4 alunos	3	1	9º Semestre
3 alunos	0	3	10º Semestre

No quadro, divulgou-se a distribuição dos alunos entrevistados por semestre, identificando-os quanto ao gênero. Assim, são dois (2) alunos no segundo semestre que foram entrevistados, um do sexo masculino e outro do sexo feminino e assim por diante. Ao observar a quantidade de alunos por semestre, cabe assinalar ter havido número maior de entrevistados do 4º e do 6º semestre, com maior quantidade de entrevistadas (alunos do sexo feminino), ao contrário do 5º e do 10º semestres sem nenhum aluno do sexo feminino entrevistado.

### 3.3.2. Curso de origem dos entrevistados

<b>CURSO</b>	<b>QUANTIDADE DE ENTREVISTADOS</b>
Agronomia	6
Antropologia	1
Arquitetura	1
Biologia	2
Ciência da Computação	1
Ciências Sociais	2
Direito	3
Economia	1
Educação Física	1
Enfermagem	3
Engenharia Agrícola	3
Engenharia Geológica	2
Engenharia Sanitária/Ambiental	1
Engenharia Hídrica	2
Filosofia	1
Física	1
Geografia	2
História	3
Letras-Francês	3
Matemática	1
Medicina	2
Meteorologia	1
Música/Licenciatura	1
Nutrição	1
Odontologia	1
Pedagogia	3
Química	2
Química Industrial	1
Química de Alimentos	2
Teatro	2
Turismo	2
Veterinária	3
Viticultura e Enologia	1
Zootecnia	2

Observa-se no quadro acima, ocorrer a maior concentração de alunos entrevistados no curso de Agronomia, reiterando o perfil da economia da região sul, basicamente de atividade agropecuária. Cabe ressaltar ser o curso de Agronomia um dos mais antigos da história da UFPel.

O total dos alunos entrevistados (64) distribuiu-se pelos cursos da UFPel como se mostra a seguir.

- a)** Ciências Agrárias: Agronomia (6), Química de Alimentos (2), Veterinária (3) e Zootecnia (2), fazendo um total de treze (13) entrevistados nessa área de conhecimento;
- b)** Ciências Biológicas: Odontologia (1), Medicina (2) Educação Física (1), Nutrição (1), Enfermagem (3) e Biologia (2) totalizando dez (10) estudantes dessa área;
- c)** Ciências Exatas e Tecnologia: Arquitetura (1), Ciência da Computação (1), Engenharia Agrícola (3), Engenharia Hídrica (2), Engenharia Geológica (2), Engenharia Sanitária/Ambiental (1), Física (1), Meteorologia (1), Matemática (1), Química (2), Química Industrial (1), perfazendo um total de dezesseis (16) entrevistados;
- d)** Ciências Humanas e Sociais: Direito (3), Antropologia (1), Filosofia (1), Pedagogia (3), Geografia (2), História (3) e Ciências Sociais (2), totalizando quinze (15). Na área de Ciências Sociais Aplicadas foram de Turismo (2) e Economia (1), um total de três (3);
- e)** Letras, Artes e Comunicação: Música (1), Letras Francês (3) e Teatro (2), totalizando seis (6);
- f)** Tecnologia em Viticultura e Enologia (1).

Cabe salientar que as áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas tiveram mais estudantes entrevistados.

### 3.3.3. Faixa etária dos entrevistados

<b>Faixa etária</b>	<b>Número de entrevistados</b>
18 a 22 anos	37
23 a 27 anos	18
28 a 32 anos	8
33 a 37 anos	1

No quadro, explicitou-se o número de alunos em quatro faixas etárias, usando, como parâmetro, a idade mínima e a máxima dos entrevistados dividindo de cinco em cinco anos. Em relação à procedência dos entrevistados, foi observado que a grande maioria é de cidades do Estado do Rio Grande do Sul, num total de 55 e 9 são de outros estados do país.

### 3.3.4. Tipos de Programas Assistenciais

<b>Programas de Assistência Estudantil</b>	<b>Quantidade de Entrevistados Beneficiados</b>
Moradia	64
Alimentação	61
Transporte	56

Todos os entrevistados moram na Casa do Estudante, visto ter sido propósito da autora escolher este público porque seriam os beneficiados com maior número de Programas da Assistência Estudantil da UFPel. Dentre eles, 61 usufruem da alimentação (de acordo com as entrevistas, três foram desligados desta bolsa por não terem alcançado o percentual mínimo de frequência exigido para aprovação); 56 do transporte (seis não usam o meio de transporte por estudarem no centro da cidade; dois declararam que a bolsa foi suspensa junto com a bolsa alimentação e outro afirmou ainda não ter tido sua bolsa suspensa, embora já estivesse sem alimentação). Observou-se, no tangente ao transporte, que os alunos não beneficiados residem perto das unidades acadêmicas onde estudam.

Após esta caracterização, passar-se-á para a análise dos demais dados obtidos nas entrevistas.

### 3.4. Descobertas da pesquisa

Nesta parte deste capítulo, pretende-se dar visibilidade às descobertas e à análise das informações coletadas no processo investigativo de campo, pretendendo responder à questão-chave da pesquisa: Qual é o significado atribuído à Política de Assistência Estudantil desenvolvida na UFPel, desde o ano

de 2009, pelos alunos atendidos nos seus Programas de Moradia, Alimentação e Transporte?. Dentre os sujeitos da pesquisa, conforme representação anterior, quanto à procedência, a maioria (85,93%) advém do interior do estado do Rio Grande do Sul, os de outros estados somam 14,07%. Os nomes dos Estados não foram integrados no formulário por uma questão ética da pesquisa, evitando a identificação dos participantes.

No tangente à idade, os sujeitos da pesquisa situam-se, em sua maioria, na faixa etária de 18 a 22 anos, num total de 57,81%; em segundo lugar estão aqueles na faixa etária de 23 a 27 anos com um percentual de 28,12%; em terceiro, os com idade compreendida entre 28 a 32 anos, correspondendo a 12,5%; por último, com idade entre 33 a 37 anos, perfazendo um percentual de 1,56%.

A seguir serão apresentadas as categorias que caracterizam a assistência estudantil na percepção dos entrevistados:

## CATEGORIAS DA CONCEPÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DOS ENTREVISTADOS

<b>Categoria</b> 1. Ajuda	Respostas assinalam que a assistência estudantil é uma contribuição, um auxílio, uma ajuda, visando melhorar a vida dos que vivem longe de casa.
<b>Subcategoria</b> 1.1. Apoio	Respostas consideram ser a assistência estudantil um incentivo, um benefício, um suporte e um apoio para se manter na faculdade, para ter direito de estudar.
<b>Categoria</b> 2. Recurso	Respostas apontam serem políticas para as pessoas sem condições. São ações e recursos para atender o aluno e facilitar para poderem manter-se no curso.
<b>Categoria</b> 3. Direito	Respostas mostram que o governo tem essa obrigação de subsidiar, viabilizar, oportunizando e possibilitando aos estudantes permanecer na universidade e concluir seus cursos porque é um direito do estudante e não um favor que lhe é concedido.
<b>Categoria</b> 4. Política	Respostas afirmam que a assistência estudantil é uma política que colabora para os estudantes poderem desempenhar melhor as atividades acadêmicas.
<b>Subcategoria</b> 4. 1. Órgão	Respostas indicam que é um órgão responsável pela Coordenadoria de Benefícios.

Quadro 1: Categorias surgidas a partir da concepção dos entrevistados sobre assistência estudantil.

O quadro acima compõe as quatro categorias que fundamentam a importância da Política de Assistência Estudantil na percepção dos acadêmicos entrevistados. Expressam-na como uma importante ajuda para viabilizar os estudos em nível superior, ao mesmo tempo em que atende a quem não tem recursos econômicos para tal. Abordam-na como um direito do cidadão brasileiro, sendo uma obrigação do Estado e não um favor.

A assistência estudantil é algo a que a gente tem direito [...] Às vezes acho que é interpretado como um favor do governo para nós e na verdade não é. Principalmente a gente que mora na casa, de certa forma, a gente sofreu de alguma exclusão social então é uma forma de nos pagar pela exclusão social que a gente sofreu. Aqui claro que existem diferenças. A gente tem a classe mais baixa aqui, mas diferentes níveis. Mas, tem muita gente aqui que lutou muito para chegar até a universidade. Para entrar na

universidade, para conseguir, de repente, passar num vestibular. Então acho que é um direito que a gente tem. Entendo como se fosse um direito à assistência estudantil e não um favor que estão nos prestando ou algo assim (Questionário 50, F, 4º Semestre).

De fato, trata-se de uma inversão quando a Política de Assistência Estudantil veste a roupagem do auxílio, de boa vontade dos governantes, dando uma visão de individualidade, de isolamento, isto é, de fragmentação da pobreza como sendo uma falta de mérito pessoal.

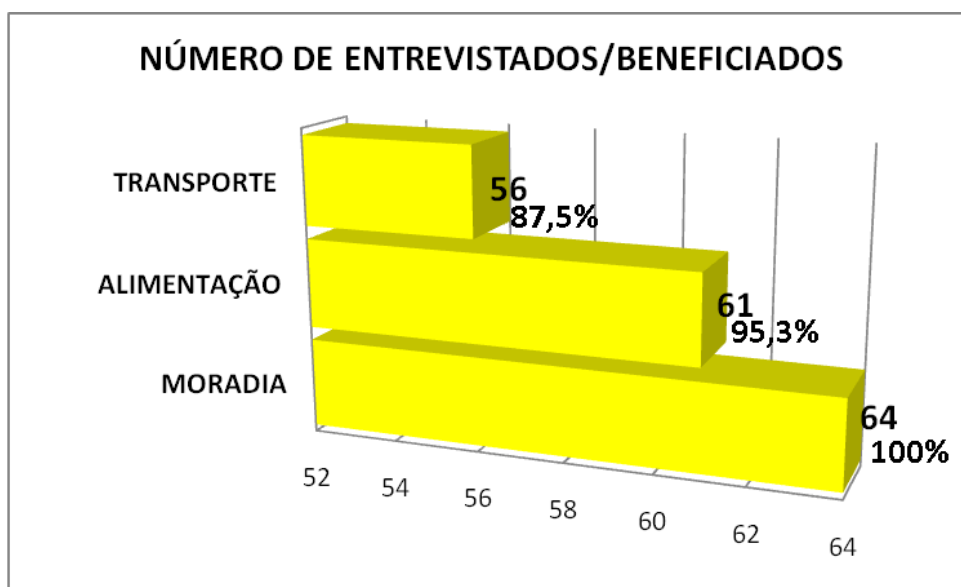
A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse processo não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (FONAPRACE, 2007, p. 4 - 5).

Neste sentido, os estudantes, ao ingressarem numa universidade pública fora da sua cidade de residência, deslocam-se de seu contexto familiar, necessitando de moradia e de apoio efetivo. Assim, o Programa de Moradia Estudantil torna-se crucial para a permanência do estudante na instituição.

No gráfico 9 a seguir, apresenta-se o número e o percentual de entrevistados que usufruem os Programas de Assistência Estudantil na UFPel em 2010.



Gráfico 9: **Benefícios dos alunos da Casa do Estudante**



Pode-se observar, no gráfico, que o total de entrevistados reside na Casa do Estudante da UFPel, correspondendo a 100% dos alunos devido a um dos critérios estabelecidos pela pesquisa. Dentre estes, o Programa Bolsa Alimentação é o segundo mais utilizado, tendo o percentual de 95,3% da totalidade e, finalmente, os alunos que usufruem o Programa de Transporte para se deslocarem aos locais de estudo correspondem a 87,5% dos entrevistados.

Nas entrelinhas percebem-se, nas falas citadas a seguir, as justificativas apresentadas pelos entrevistados beneficiários dos Programas Estudantis na UFPel que mostram os limites da Assistência Estudantil nesta instituição, particularmente no tangente aos Programas de Moradia e Alimentação. Expressaram-se dessa forma,

Eu acho que ela poderia ser bem mais organizada. Ela é boa, é efetiva, mas poderia ser mais bem organizada. Às vezes se tenta fazer para muitas pessoas e eles não organizam o sistema para dar esse apoio. Por exemplo, as filas do R.U. Tu vê a fila quilométrica, sendo que eles poderiam colocar mais um... bufê, mais um bufê, dois bufês, ajudaria, diminuiria a fila, porque muitas vezes atrapalha quem tem aula, termina a aula ao meio-dia e a uma hora, tem de estar na faculdade. Seria isso (Questionário 14, F, 6º Semestre).

Ela é uma assistência boa. Eu não sei a realidade, mas eu ouço falar muito que, em outras universidades federais, a assistência

não chega a tanto como é aqui, ou seja, pelo que a gente ouve falar, aqui é um dos lugares onde a assistência é de melhor qualidade, abrange mais elementos para tentar ajudar o estudante. Tem algumas questões específicas, por exemplo, a questão da moradia. A gente mora entre 4 pessoas dentro de um quarto, não tem como, então o que a gente discute como espaço vital não existe, cada um está dentro do espaço do outro, então é um problema muito sério. Acho que 4 pessoas dentro de um quarto fica muito complicado. O restante como transporte e alimentação, eu acho que está legal. É suficiente, no mais eu acho que está bom (Questionário 23, M, 4º Semestre).

Eu acho que dentro da UFPel tem que haver uma ampliação [...] das políticas estudantis porque está cada vez aumentando mais o número de alunos e essas políticas não estão acompanhando o crescimento da universidade. [...] e também há uma previsão da construção de uma nova casa do estudante [...] mas ela é apenas um projeto e a gente não está vendo resultados ainda disso. [...] Como tu vê, o nosso espaço aqui não é um espaço tão grande para quatro pessoas. [...] é bem reduzido [...] eu acredito que pudesse haver melhorias nesse sentido de infraestrutura [...] hoje mesmo faltou luz, aqui na casa não tem luz de emergência [...] durante o dia, isso aqui era um breu, era uma escuridão [...] sabe, os corredores não têm entrada de luz então [...] é uma escuridão mesmo [...] tu vais entrar no quarto errado provavelmente (risos) [...] e imagina se isso acontece à noite [...] não tem elevador não tem luz de segurança. [...] o ano passado quando eu entrei na casa do estudante eu tirei o joelho do lugar, eu sofri um acidente e tirei o joelho e eu tinha que subir de muleta até o quarto andar. [...] é que almoçar, jantar e ir para aula era tudo de muleta só que claro eu tinha transporte para ir, eu pego aqui na frente da casa do estudante, mas é que sem o elevador [...] um aluno que tenha deficiências físicas não pode conseguir a casa do estudante [...] acaba sendo até uma maneira discriminatória [...] exatamente falta uma estrutura para comportar um maior número de alunos e alunos especiais (Questionário 42, F, 4º Semestre).

A partir desses dados, é possível constatar que a residência necessita passar por uma reforma significativa em sua estrutura física, diminuindo o número de residentes por quarto para possibilitar maior conforto e privacidade ao aluno/morador. A maioria dos entrevistados a manifesta como o maior ponto nevrálgico da Assistência Estudantil, pois, ao mesmo tempo que auxilia, compromete a qualidade de quem dispõe de uma vaga. Salientam que um novo programa já teve início para tentar equacionar a oferta/demanda, mas, mesmo assim, as vagas na residência estudantil devem ser aumentadas. Esse novo Programa Auxílio Moradia consiste na remuneração de R\$ 300,00 ao aluno

selecionado para ele poder arcar com as despesas de moradia independente da CEU.

Os entrevistados enfatizam a necessidade de terem ações voltadas para a inclusão social. O Programa de Alimentação, na opinião dos alunos, poderia ter uma solução de imediata implementação, que poderia minimizar os prejuízos nesta área se fossem distribuídas ilhas de bufê em lugares estratégicos no RU, o que agilizaria o andamento das filas. As entrevistas apontam para o aumento de vagas da Instituição sem a equivalência dos serviços oferecidos. Neste sentido, cabe salientar que, após a conclusão das entrevistas, foi inaugurado mais uma sede do restaurante universitário situado no centro da cidade de Pelotas, nas proximidades do RU matriz.

Os alunos/residentes da CEU questionam a ampliação da moradia estudantil, mostram-se preocupados porque sua ampliação não passa de um projeto e não vislumbram uma preocupação efetiva da administração em aumentar e agilizar ações para a sua construção. Mas reforçam os depoimentos que apontam para a ampliação de vagas nos cursos das Universidades que aderiram ao REUNI, como um dado positivo desta Reitoria, no sentido de democratizar o ensino. Porém, não podem ser descuidadas ações que apontem para a garantia de acesso e a qualidade dos programas assistenciais para a permanência dos alunos nesta instituição. Mostram uma visão bem abrangente quando, além de reivindicarem melhores condições de moradia, ampliam o debate para a inclusão dos estudantes com limitações físicas.

## CATEGORIAS DA CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE O RESULTADO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPel

<b>Categoria 1.</b> Formação	Respostas assinalam que os Programas de Assistência Estudantil são responsáveis pela formação do estudante e consideram uma maneira de oportunizar e de proporcionar a eles os meios para frequentar e concluir um curso universitário, pois sem eles não teriam condições para cursar uma faculdade. Apontam como ações que facilitam o caminho do estudante na universidade e ajudam-no a dedicar maior tempo ao estudo. Salientam que alguns moradores da Casa do Estudante têm melhor desempenho acadêmico, melhores notas nas suas turmas. Caracterizam-se como pessoas esforçadas.
<b>Categoria 2.</b> Benefício	Respostas afirmam que os Programas de Assistência Estudantil são importantes e positivos porque incentivam ao aluno a estudar e ter bom rendimento para conseguir o benefício. Este último é importante para permanecer na instituição e concluir o curso.
<b>Categoria 3.</b> Convívio social	Respostas revelam que, a respeito da moradia, o fato de haver estudantes de vários lugares, de diversos cursos no mesmo quarto, de um lado ajuda no convívio social, a conhecer e lidar com outras pessoas, o que é fundamental para a formação dos estudantes como futuros profissionais. De outro lado, indicam que há falta de organização no tangente à moradia, os quartos são muito pequenos para quatro estudantes.

Quadro 2: Categorias surgidas a partir da concepção dos entrevistados sobre o resultado dos programas de assistência estudantil na UFPel.

O discurso dos (as) entrevistados (as), indica que os resultados dos Programas da Assistência Estudantil na UFPel, (Moradia, Alimentação e Transporte) apontam três categorias analíticas: Formação, Benefício e Convívio social. Estes elementos são considerados fundamentais, oportunizando condições necessárias para terminarem o curso superior. Isto reforça o posicionamento do Fórum, “desativar os programas de assistência significa aumentar o círculo vicioso que é preciso romper” (FONAPRACE, 1993, p.46).

Observamos nas entrevistas, a importância dada à Assistência Estudantil da UFPel no tangente à liberdade que oportuniza aos seus usuários para se dedicarem integralmente às atividades acadêmicas, este benefício os proporciona um dos melhores rendimentos acadêmicos da turma, sendo caracterizados como pessoas esforçadas e dedicadas. Apresentam em suas colocações um importante

contraponto quando afirmam haver, na moradia estudantil, um número desproporcional de moradores por quarto, devido ao pequeno tamanho, gerando desorganização, porém ao mesmo tempo, é considerado como positivo porque oportuniza o convívio social e a interação o que é fundamental para a formação profissional.

Como bem se percebe no quadro anterior, os resultados dos Programas de Assistência Estudantil na UFPel foram considerados por alguns entrevistados como importantes para a Formação dos estudantes:

Para mim ótimo, porque se não fosse essa ajuda eu não teria condições de estar fazendo uma faculdade, porque é difícil, meu curso mesmo é um curso diurno, tenho de manhã e de tarde, e aí não tem como trabalhar, e também porque é um curso difícil. Trabalhar de noite e estudar de dia também não dá (Questionário 13, F, 8º Semestre).

As pessoas que vêm de fora, que têm baixa renda, famílias de baixa renda conseguem se manter aqui na cidade, de outra maneira não teria como. Eu, por exemplo, não teria como sair da minha cidade e vir pra cá, e alugar um apartamento, como outros fazem. Acho que é isso, o principal (Questionário 15, M, 3º ano).

Olha, uma coisa que eu acho, na Universidade, no meu curso, que eu vejo falar das pessoas que moram na casa do estudante, que tem as melhores notas, por exemplo do curso, da turma. Eu e uns quantos temos a melhor nota aqui, porque tu dedicas teu tempo só para estudar, e tu tens tempo e tu ficas estudando, tu não tens outra coisa para fazer, tu não tens com o que te perderes. Têm pessoas com TV, têm internet e tudo, [...], têm um pouco de preconceito, eu acho, com quem mora na casa do estudante. Falam: ah morar numa casa do estudante, não sei o quê, têm um pouco de preconceito, mas as melhores notas do meu curso, pelo menos que eu sei, são da casa do estudante. Acho uma boa vantagem (questionário 27, F, 6º Semestre).

Conforme os dados referidos, os alunos entrevistados consideram os benefícios como primordiais para sua permanência em uma Universidade Federal fora de sua cidade de origem, enfatizando que a baixa renda familiar não daria conta das despesas necessárias para seu sustento, bem como a dificuldade de horário disponível para viabilizar o trabalho, pois na maioria das vezes os cursos são diurnos. A concentração nos estudos remete os moradores da Casa do Estudante à dedicação ao curso, elevando o índice de alunos com ótimo

rendimento acadêmico. Apesar disso, dizem perceber um preconceito velado em relação aos moradores da Casa do Estudante, não identificado pelo aluno na entrevista.

Os dados anteriormente apresentados não deixam dúvidas sobre a satisfação dos entrevistados em relação aos Programas de Assistência Estudantil na UFPel. Outros estudantes destacam as possibilidades e os limites dos Programas:

Eu acho que na medida do possível é razoável. A gente sabe que tem vários problemas estruturais que não permite, a melhoria. Quanto à alimentação, ela é bem feita, tem profissionais qualificados. Que ela é um projeto de ensino da Universidade, precisa só da ampliação para atender todo mundo. No meu caso é bom, mas eu fui muito tempo lacto vegetariano, e não tenho opções, principalmente a questão das saladas. Na questão da moradia, a gente vê alguns problemas estruturais do prédio, a gente conseguiu garantir uma compra do terreno que vai ser a nova casa na rua Conde de Porto Alegre só que não tem nem a pedra fundamental dela colocada. Então a gente não sabe quando vai começar a melhorar de fato, a gente conseguiu aí através das lutas com o DCE, garantir uma outra modalidade de bolsa, que é uma bolsa moradia, só que a pessoa não mora aqui, porque a casa está lotada, ela recebe uma bolsa de trezentos reais, pra pagar o aluguel, dividir com alguém, morar num pensionato, vários estudantes foram atendidos nessa. Então, eu os contaria mais ou menos como moradores da casa, porque foi uma outra modalidade criada. Então, eu acho que está atendendo, ainda tem muito problema estrutural, às vezes vazamentos, não tem saída de incêndio, o elevador não funciona, não tem acessibilidade que todo o prédio público deveria ter. Então assim, é razoável porque eu sei que é o que dá para oferecer agora, mas tem muitos problemas que têm que ser sanados (Questionário 11, M, 7º semestre).

Alunos e alunas referem-se a alguns aspectos como a falta de saída de incêndio e de elevador que limitam a melhoria da assistência. No entanto, sempre enfatizam a sua importância e colocam os limites desta modalidade de política numa escala menor, ou seja, em um segundo plano. Os estudantes abordam como ponto positivo a forma encontrada de ampliar a moradia estudantil, com subsídio financeiro para superar a inexistência de vagas.

A construção da nova Casa do Estudante é salientada na entrevista como parte do empenho dos alunos e como um passo na ampliação da moradia

estudantil, no entanto, dá-se conta (o entrevistado) que nada foi feito além da compra do terreno, pois nenhuma ação desencadeou-se a partir disso.

Nesta entrevista, salientam-se as questões de cunho estrutural como deficiência na iluminação de emergência, bem como saída de incêndio, vazamentos etc. Enfatiza-se que todo prédio público exige condições de acessibilidade para alunos portadores de deficiência física, entretanto esses aspectos ainda permanecem sem respostas para os alunos.

[...] Falta estrutura mesmo [...] pode ser que com esse novo projeto de casa mudem as coisas, mas é que a gente vai se formar e não vai ver essa casa nova, porque já faz acho que, no mínimo, uns dez anos que eles vêm falando nessa casa do estudante nova, mais moderna, mais adaptada ao tamanho de espaço para os alunos, é o que dizem. Mas a gente não sabe, eu não tenho conhecimento do projeto. (Questionário 42, f, 4º semestre).

Na interpretação dos alunos que demonstram acompanhar a trajetória da busca de ampliação da moradia estudantil, mostra-se que esse encaminhamento vem há muito tempo sendo discutido, com muitas especulações, mas a concretização dela não acontece.

Poderia assim, sei lá, ter uma outra área de lazer, porque tu tens só esse teu quarto e nada mais. Nem que fosse uma quadra de futebol, uma coisa assim, academia, sei lá, porque tu te sentes muito preso aqui. Não sei se tu já viste o quarto, ele é muito pequeno pra quatro pessoas (Questionário 44, F, 4º Semestre).

Com a finalidade de contornar os problemas com a superlotação dos quartos, eles sugerem que seja disponibilizado um espaço onde, em horários livres, possam desenvolver atividades de esporte e lazer, alternativa que certamente na opinião deles, colaboraria para a diminuição de conflitos das mais diversas ordens.

Cabe ressaltar que a mesma entrevistada, ao longo da conversa, sugere que a formação dos quartos, sempre se possível, respeite a afinidade de cursos, ou seja, colocar alunos de mesmo curso nos quartos, pois isso minimizaria problemas de compatibilidade de horários (noturno/diurno), respeitaria os diversos graus de exigência de dedicação aos deveres acadêmicos, o material utilizado

seria compatível com os alunos atendendo as suas especificidades de profissão, enfim, possibilitaria maior harmonia entre os moradores.

Alguns dos sujeitos da pesquisa manifestam sua opinião a respeito das condições atuais da moradia e expressam indignação sobre o descaso com que está sendo tratado o assunto da ampliação da moradia estudantil, pelas diversas administrações que têm passado pela UFPel. Consideram o apoio financeiro proporcionado aos alunos que precisam da moradia, mas não conseguiram vagas na CEU, como importante e muito válido, mas o lugar definitivo na Casa do Estudante é fundamental para todo e qualquer aluno necessitado do benefício. Traz, nas entrelinhas, uma preocupação com a possibilidade de esse benefício ser transitório, uma vez que disponibiliza recursos financeiros e não há o compromisso com a instalação e a manutenção do aluno na moradia da própria Universidade.

Quanto ao Programa de Alimentação, como alegam os entrevistados, o uso do RU carece de bufês suficientes para atender a demanda. Em decorrência dessa situação, alguns beneficiados do Programa de Alimentação que estudam às 13 horas, não conseguem chegar a tempo às aulas devido à fila para servir o almoço.

Eu não tenho muita informação sobre os programas, até porque eu ouço falar de outros lugares como a FURG, ou a UFRGS. A UFPel está melhor. Da alimentação, todo mundo fala que a comida do RU é muito boa comparada com o RU de outras universidades (Questionário 24, M, 6º Semestre).

[...] Sabe, só esse fato de ter uma demanda muito grande, de um dia para o outro, que todo mundo está sofrendo não é? Não é um nem outro, é todo mundo, toda universidade [...] antigamente era uma instituição bem melhor, de uma hora para outra, aumenta não sei quantos alunos, cursos novos. Tudo bem, mas perderam valores, valores que vinham através do programa. Isso deixa a desejar porque não tem a estrutura, então todo mundo sofre em todos os lugares, o estudante sofre, o RU aumentou a fila (Questionário 28, M, 7º Semestre).

Nas falas citadas, percebe-se o desconforto dos entrevistados em relação ao RU, eles afirmam ser boa a alimentação, mas a estrutura precisa ser melhorada no tangente ao aumento do número de bufês e a consequente diminuição das filas para servir. De acordo com o documento do Fórum Nacional



dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, “os RUs têm importância fundamental na normalidade da vida acadêmica, em face do papel social desempenhado no seio da comunidade universitária” (FONAPRACE, 1993, p. 46). Para compreender melhor o Programa de Alimentação é importante salientar a proposta do FONAPRACE, realizada no encontro de julho de 2007, em Belém:

É necessário criar, manter e ampliar os programas que garantam o apoio à alimentação dos estudantes de baixa renda, principalmente os serviços dos restaurantes universitários, como forma de garantir a permanência dos estudantes no campus, dando-lhes oportunidade para otimizar seu tempo de vida acadêmica, contribuindo para seu melhor desempenho e formação integral (FONAPRACE, 2007, p. 11).

Comparativamente com outras universidades, alguns entrevistados enfatizam a gratuidade dos Programas de Alimentação e Transporte e salientam que a alimentação é superior na qualidade, com dietas equilibradas e de bom paladar. Quanto ao transporte, remetem à mesma questão: diferente de algumas outras universidades, este também é gratuito na UFPel. As falas reforçam que os Programas, além de minimizar as dificuldades de quem deles precisa, também despertam em seus usuários, alguns valores. Mais uma vez, apresentam a incompatibilidade deles com o aumento repentino de novos alunos na instituição fazendo que todos sintam as suas consequências.

Na análise das entrevistas, percebe-se ainda que nenhum aluno se coloca contra os Programas de Assistência Estudantil. Ao contrário, eles aprovam este tipo de Política Social, no entanto, apontam que precisa melhorar, particularmente, o aspecto de moradia e alimentação.

## CATEGORIAS DA CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS PARA A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NA UFPEL

<b>Categoria</b> 1. Ajuda	Respostas indicam que sim, com certeza os Programas ajudam e auxiliam para o estudante conseguir manter-se na UFPEL.
<b>Subcategoria</b> 1.1 Apoio	Respostas revelam que os Programas apoiam os alunos para concluir o curso na UFPEL.
<b>Categoria</b> 2. Essencial	Respostas mostram que os Programas de Assistência Estudantil são fundamentais e essenciais, porque possibilitam ao estudante ficar na cidade para estudar. Ao contrário, seria inviável para alguns manter-se na cidade para estudar.

Quadro 3: Categorias surgidas a partir da concepção dos entrevistados sobre a contribuição dos programas na permanência dos estudantes na UFPEL.

Nota-se, mais uma vez, a importância da contribuição dada aos Programas investigados. Sem eles, seria impossível manter-se nesta cidade. Alunos e alunas reafirmam que os Programas de Assistência Estudantil são uma porta de entrada para garantir a permanência até a conclusão propriamente dita do curso.

Quando se trata da contribuição dos Programas de Assistência Estudantil na UFPEL, alguns entrevistados afirmam:

Penso que se eu não tivesse esses auxílios eu não conseguiria, porque, embora tenha os auxílios eu sempre fiz estágio, alguma outra atividade, sempre ganhando algo a mais e se eu tivesse que trabalhar mesmo para pagar moradia, alimentação, acho que eu não conseguiria me manter estudando (Questionário 18, F, 9º Semestre).

Se não fossem esses auxílios com certeza não estaria aqui [...] Então imagina só, pra começar se tivesse que pagar um aluguel não teria condições. [...] Gente, não teria como, seria muito gasto que não teria como pagar. Pode ser ruim, mas se não fosse isso, não teria como estar estudando (Questionário 44, F, 4º Semestre).

Um percentual de 90% dos entrevistados, moradores da Casa do Estudante, apresentam os Programas de Assistência Estudantil como a grande

oportunidade para permanecer na Universidade, sendo a alternativa principal, porque sem ela não teriam condições de concluir um curso superior. Esta afirmação dos estudantes vai ao encontro dos objetivos do FONAPRACE, “democratizar a universidade é democratizar o acesso. Isto implica desenvolver mecanismos que garantam ao estudante condições mínimas para permanecer na instituição e poder apresentar um bom rendimento acadêmico” (FONAPRACE, 1993, p. 46).

Alguns alunos reconhecem dependerem 100% dos Programas de Bolsas da Universidade, inclusive, as bolsas acadêmicas servindo como fonte de rendimento. Em casos de estudantes oriundos do meio rural onde a renda se dá, na maioria das vezes, uma vez por ano, além de ser insuficiente, observa-se maior preocupação do aluno e da família, com a garantia de benefícios que independente do resultado da safra possa assegurar a permanência do filho na universidade.

**CATEGORIAS DA CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUANTO À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FAVORECER A CONQUISTA DA CIDADANIA AOS ESTUDANTES QUE PARTICIPAM DE SEUS PROGRAMAS**

<b>Categoria</b> 1. Contribuição	Respostas assinalam que sim, os Programas de Assistência Estudantil contribuem para a formação cidadã do indivíduo. São ótimos porque sem eles não teriam condições para cursar uma faculdade. Mas, ao mesmo tempo, alguns enfatizam que deveria haver um diálogo maior entre assistentes sociais e alunos participantes dos programas, isto é, uma interação entre a Coordenação e os estudantes.
<b>Categoria</b> 2. Possibilidade	Respostas consideram que a Assistência Estudantil agrega cidadania aos estudantes e é uma possibilidade de eles sentirem o seu lugar na sociedade.
<b>Subcategoria</b> 2. 1. Apoio	Respostas apontam que esses Programas ajudam a crescer, ter acesso à faculdade, ter melhores chances, ver outros horizontes para atingir um lugar na sociedade.
<b>Categoria</b> 3. Direito	Respostas mostram que os Programas são um direito dos estudantes como cidadãos e não um favor porque eles contribuem com impostos e a legislação prevê acesso à educação para todos.

Quadro 4: Categorias surgidas a partir da concepção dos entrevistados sobre a questão da cidadania.

Respostas à categoria de cidadania no quadro anterior não deixam dúvidas quanto à Assistência Estudantil ser uma modalidade de Política Social, preponderante para agregar cidadania. Estudantes consideram que os Programas se revertem em políticas inclusivas, permitindo sentirem-se apoiados para ter acesso à Universidade e a novas oportunidades de ascensão social, política, cultural e intelectual. Consideram necessário que as assistentes sociais responsáveis pelos Programas disponibilizem mais tempo para buscar a interação com os usuários. Os sujeitos da pesquisa reiteram que os programas são direitos de cidadania garantidos por lei a todos os brasileiros, sendo pagos por toda a população.

Na pesquisa efetuada, o discurso dos alunos entrevistados, como se verá em relatos transcritos a seguir, indica que a Assistência Estudantil é importante fator na contribuição da cidadania. Mas ela exige a articulação de estratégias coletivas que se encaminhem à superação das desigualdades sociais.

Com certeza, até o acesso à informação a essas pessoas que vêm de cidade menor, vêm de outras realidades e têm outra maneira de pensar. Dentro da Universidade, com esse apoio, as pessoas têm esse efeito de ver outros horizontes, abrir um pouco a cabeça, e isso sempre é bom (Questionário 9, M, 5º Semestre).

O povo brasileiro é tão cobrado por impostos, que a gente vê muito pouco, muito pouco à volta desses impostos. E a assistência estudantil é um dos poucos lugares em que a gente vê essa resposta. (Questionário 10, M, 10º Semestre).

Quando se tem uma concepção verticalizada, não se tem participação nas decisões, nas escolhas dos próprios beneficiados. Onde se avisa somente com o cartazinho, ou se coloca no site. Sendo que eles têm os dados de todo mundo, têm email, têm endereço, então eu acredito que a partir dessa concepção errônea de assistência estudantil, ela não contribui para cidadania, mas se estiver dentro desses parâmetros de democracia, de participação, eu acredito que favorece muito, eu acredito que é um grande espaço, onde possa ser desenvolvida a cidadania. Pensando em todas as suas manifestações culturais, de geração de saber mesmo, eu acredito que, com certeza, a assistência estudantil se mostra como grande espaço, para debate, e participação para os estudantes (Questionário 11, M, 7º Semestre).

No caso que tu estás ajudando alguém a se formar, ter uma profissão ajuda muito a pessoa se sentir tendo o seu lugar na sociedade (Questionário 22, F, 6º Semestre).

As falas dos entrevistados reconhecem esta Política Social como uma das que mais trazem resposta à sociedade brasileira. Nos depoimentos aparece uma preocupação com a forma de cidadania expressa ou considerada, pois aquela que apenas permite o acesso aos programas não deve ser considerada, conforme este depoimento, como a verdadeira cidadania, pois esta pressupõe, para além dos programas, a participação dos usuários nas decisões do programa. É possível aproximar-se deste tema a partir da citação abaixo:

Contudo, a apreensão de que o assistencial é um mecanismo do Estado, que opera a partir dos interesses do grupo no “poder”, não implica necessariamente que, para a população, tenha o mesmo sentido e uso. Em outras palavras, o assistencial é a ótica do Estado. O direito e a extensão da cidadania, em contrapartida, são as garantias buscadas pela população (SPOSATI, [et al.], 2010, 35).

Observa-se, então, que a “assistência” abre um espaço, uma lacuna para a contradição, quando estabelece a possibilidade do avanço das lutas populares. Logo, permite pensar que nela reside a sua própria negação e a construção de um espaço protagonista da expansão da cidadania aos menos favorecidos.

Diante deste cenário, é nas configurações da sociedade, as quais emergem no contexto da crise estrutural do capitalismo, que se pretendem fundamentar, nesta parte da investigação, alguns limites e condições que tornam a cidadania um elemento insustentável de promoção da emancipação dos direitos da coletividade, se entendida apenas como direitos políticos e de liberdade. A crítica marxiana à cidadania centra-se nas determinações de sua condição, em que a liberdade se reduz à liberdade de mercado, a igualdade manifesta-se meramente no aspecto jurídico e a fraternidade manifesta-se superficialmente no plano da retórica de diversas instituições (PORTO, 2001).

Cabe salientar que o século XX pode ser caracterizado como o século dos direitos sociais, de consolidação de uma cidadania<sup>3</sup> de caráter social, com o desenvolvimento de direitos referentes às áreas da educação, habitação, assistência, entre outros. Na realidade brasileira, as políticas sociais constituem o conjunto da seguridade social instituída na Constituição Federal de 1988, consistindo no sistema de proteção social convergente à garantia e ampliação de direitos sociais sob a responsabilidade do Estado.

### **3.5. Recomendações e Propostas**

Neste capítulo, buscou-se, através dos dados da pesquisa, demonstrar o que pensam os alunos usuários dos Programas de Assistência Estudantil da UFPel sobre esta política e as sugestões apresentadas para melhor qualificá-la. Procurou-se demonstrar como pequenas ações podem de imediato, minimizar os problemas por eles identificados e também que outras de cunho mais amplo,

---

<sup>3</sup> O conceito de cidadania está sendo utilizado aqui como um produto histórico, associado às lutas de classes. Para aprofundar o debate sobre a cidadania, ver Abreu (2000), Coutinho (2000) e Marshall (1967).

como o aumento da área física e do quadro de pessoal permanente da Instituição devem fazer parte de uma luta também mais ampla.

### **CATEGORIAS DA CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS PARA MELHORAR A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFPEL**

<b>Categoria</b> 1. Organização	Respostas consideram que a assistência estudantil deve ser mais bem organizada, acrescentando mais bufês no Restaurante Universitário; luz de emergência; conserto do elevador e adequação na estrutura física para pessoas com dificuldades de acessibilidade permanente ou provisória à Casa do Estudante.
<b>Categoria</b> 3. Divulgação	Respostas apontam que os Programas de Assistência Estudantil devem ser mais bem divulgados na Universidade, especialmente os atendimentos médicos, psicológicos e odontológicos.
<b>Categoria</b> 4. Ampliação	Respostas mostram que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis deve ampliar o quadro de assistentes sociais e estes últimos precisam estreitar o relacionamento com os estudantes. Alguns acadêmicos dizem ser necessário estender as políticas estudantis, aumentando o número de vagas nos programas para acompanhar o crescimento da Universidade. Dizem, ainda, que a Casa do Estudante deve ser ampliada, para diminuir o número de moradores por quarto.

Quadro 5: Categorias surgidas a partir da concepção dos entrevistados para melhorar os Programas de Assistência Estudantil.

A diminuição de moradores por quarto é um dos fatores mais preponderantes na opinião dos entrevistados, bem como a ampliação da moradia estudantil. Ressaltam que deveria haver melhor planejamento no RU matriz quanto às filas e aumento na quantidade de bufês para melhor agilidade das filas. Apontam a melhoria da divulgação dos Programas na área da saúde. Solicitam ser amplificado o número de profissionais da assistência estudantil para estes poderem relacionar-se melhor com os usuários. Enfatizam que, devido ao aumento de alunos desta Universidade, os Programas de Assistência a eles destinados através das políticas estudantis, devem ser expandidos, assim como o número de vagas disponíveis em cada um.

Veja-se a manifestação dos entrevistados a respeito da melhoria dos programas pesquisados:

Diminuir o número de pessoas por quarto que nem a fila do RU, [...] aumentam os cursos, aumenta todo mundo e o espaço é o mesmo [...] O transporte é bom assim não dá pra reclamar (Questionário 40, F, 4º Semestre).

Eu acho que dentro da UFPel tem que haver uma ampliação das políticas estudantis porque está cada vez aumentando mais o número de alunos e essas políticas não estão acompanhando o crescimento da universidade [...] Há uma previsão da construção de uma nova casa do estudante, mas ela é apenas um projeto e a gente não está vendo resultados ainda disso. Como tu vê, o nosso espaço aqui ele não é um espaço tão grande para quatro pessoas. É bem reduzido [...] eu acredito que pudesse haver melhorias nesse sentido de infraestrutura mesmo [...] hoje mesmo faltou luz aqui na casa, não tem luz de emergência (Questionário 42, F, 4º Semestre).

Aqui eu acho que a principal sugestão é relacionada à moradia, ao prédio da casa do estudante [...] como teve a expansão da Universidade, criaram muito mais cursos, tanto é que o meu é um curso novo, começou no início do ano passado [...]tem doze mil alunos e uma Casa do Estudante para duzentos e cinquenta [...] isso é cinco por cento mais ou menos do total [...] então eu acho que essa é a principal questão que deveria melhorar. E outra, na verdade são três benefícios que a gente recebe e precisam de melhorias, primeiro a questão transporte que tanto para quem paga quanto para quem é bolsista é a superlotação dos ônibus então é a questão que todo mundo reclama. Agora eles já até deram uma melhorada no campus do R.U. por causa daquelas filas em que a gente fica cinquenta minutos esperando. E em relação à casa [...] eu acho que poderia ser menos pessoas por quarto, quatro pessoas acaba sendo muito e aumentar o número de vagas tem muita gente que vem de longe e precisa ou acaba deixando de vir por não ter a possibilidade de permanecer aqui, de não ter um auxílio (Questionário 43, F, 4º Semestre).

Deixa eu pensar [...] na verdade hoje em dia já mudou muito aqui a assistência, já tem várias coisas que antigamente, quando eu entrei na casa do estudante aqui tinham acesso livre, qualquer um podia entrar a hora que quisesse, dormir, ficar, dormir em sala de estudo, fazer o que quisesse e hoje em dia não [...] hoje em dia teve muitas melhoras então [...] eu até elogio, não tenho muito do que me queixar [...] acho que até algumas coisas eles podiam fazer, por exemplo, toda vez [...] que libera uma vaga num quarto, tentar colocar pessoas de cursos que tenham pelo menos turnos parecidos, que tenham o mesmo ritmo de estudo porque às vezes colocam alguém assim [...] o ritmo é completamente diferente. Por exemplo, antes no meu quarto eles conseguiram colocar três do mesmo curso, fica bem legal fazer isso. [...] As coisas que as pessoas mais reclamam aqui é não ter internet em tal horário,



para mim não me afetam [...] as máquinas de lavar eu consigo usar na maioria das vezes que eu quero [...] Saio o dia inteiro venho para cá só à noite então [...] de tardezinha, à noite às vezes faço alguma coisa [...] então não tem muito do que reclamar (Questionário 53, F, 9º Semestre).

Eu acho que poderia se ampliar a bolsa moradia [...] já sei que hoje tem essa bolsa remunerada de moradia mas, acho que podia aumentar o número, construindo uma nova casa que tivesse uma estrutura melhor. Aqui a gente fica em quarto [...] quatro pessoas por quartos [...] poderia ter menos [...] poderia ter bolsa moradia para quem faz pós-graduação acho que isso também [...] é importante porque amanhã ou depois eu posso precisar [...] acho que isso tudo é importante (Questionário 57, M, 6º Semestre).

A centralidade das opiniões converge para a Moradia Estudantil compatível: o espaço do quarto com o número de moradores. Ratificam a necessidade de atender as Políticas de Assistência Estudantil bem como o aumento de vagas nos Programas, devido à ampliação de vagas na UFPel. Percebe-se, nas falas referentes à ampliação da moradia estudantil, como a construção de uma nova casa ser uma expectativa remota sem muito crédito.

Quanto ao Programa Transporte, foi ressaltado que os ônibus transitam com superlotação. Um entrevistado pontua objetivamente alguns fatores que alavancariam na opinião dele, a qualidade de vida dos usuários da Assistência Estudantil, sugerindo o acompanhamento da área de psicologia, para fortalecer os alunos quando da sua adaptação à “nova forma de viver” na CEU. Sugerem compatibilidade de cursos entre os moradores do mesmo quarto se possível. Enfatizam a importância de regras, como horário de entrada de visitas na moradia para melhor manutenção do equilíbrio psicossocial e segurança dos moradores. Sentem necessidade de ampliar o horário da sala de informática. Mostram preocupação quanto aos alunos pós-graduandos também poderem usufruir da moradia estudantil.

Na sugestão dos estudantes, eles postulam um caráter assistencialista da Política, em vez do caráter social transformador. Por exemplo, as respostas indicam:

A assistência estudantil é tudo aquilo que vai ajudar o aluno a conseguir completar o curso, toda a assistência que a

universidade pode dar para ele, a estrutura, alimentação, esse tipo de coisa (Questionário 15, M, 3º Semestre).

É o apoio que a gente recebe, é aquilo que a gente vê, ou seja, no meu caso, como o da maioria dos que moram na casa é a própria casa, a alimentação e o transporte, então a grosso modo é aquilo que a gente vê, que a gente experimenta (Questionário 23, M, 4º Semestre).

Nesta ordem, entende-se que os Programas de Assistência Estudantil ora em discussão, fazem parte das políticas sociais. Em *Assistência na trajetória das políticas Sociais Brasileiras: Uma questão em análise*, as autoras, Sposati, Bonetti, Yasbek e Falcão, discutem a política social enquanto

um mecanismo que o Estado utiliza para intervir no controle das contradições que a relação capital-trabalho gera no campo da reprodução e reposição da força de trabalho, ou, ainda que cumpre uma função ideológica na busca do consenso a fim de garantir a relação dominação-subalternidade e, intrinsecamente a esta, a função política de alívio, neutralização das tensões existentes nessa relação (SPOSATI [et, al], 2010, p. 33-34).

Esta citação, por mais antagônica que possa parecer, não permite deixar de pensar no avanço proporcionado pelas políticas sociais e os programas de assistência estudantil no contexto da educação superior no país. O Estado, historicamente, se apropria não só da prática assistencial como expressão de benemerência mas também cataliza e direciona os esforços de solidariedade social da sociedade civil.

Nas falas dos sujeitos da pesquisa, destaca-se o fato de estes últimos acentuarem a promoção de maior diálogo entre assistentes sociais e alunos beneficiados dos Programas de Assistência Estudantil na UFPel, e um melhor acompanhamento destes alunos. Quando são indagados sobre as sugestões para melhorar a Assistência Estudantil na UFPel, alguns destacam:

[...] acho que um maior número de assistentes sociais, acho que a conduta delas deve mudar, [...]elas tratam as pessoas através de um guarda e de um secretário, [...] aí eu te pergunto: então que assistentes sociais são estas que não lidam com as pessoas? Para mim o trabalho vai para o espaço, precisa uma melhora na assistência (Questionário 26, M, 6º Semestre)

[...] Nem que eles façam uma reunião, reúnam todo mundo desde o vigilante que está lá, para escutar a reclamação do aluno. Às vezes o aluno saiu resmungando e falando, de repente falou

alguma coisa que pode contribuir para aquilo ali, sejam erros e acerto. Já que estamos errando vamos ver o quê, estão trabalhando com pessoas, é a pior coisa que tem. Eu também já trabalhei com pessoas, sei como é, trabalhei com atendimento ao público. Tu nunca vais entender mil pessoas que estão na tua frente, então eu acho que tem de parar, nem que seja uma manhã, não vai nos dar tanto serviço a mais por semestre, uma manhã que pare por semana ou a cada quinze dias, e falem tudo o que tem e o que não tem. Acho que resolveria já muita coisa, isso seria uma sugestão. (Questionário 28, M, 7º Semestre).

[...] não sei, aumentar o número de pessoas [...] o número de alunos beneficiados pela política [...] ter mais diálogos [...] ver o que os alunos precisam [...] claro que daí eu sei que não é tão fácil assim fazer, não é de muito interesse [...] mas divulga [...] divulga a assistência estudantil porque muitas pessoas não sabem [...] eu soube através de colegas que sabiam, colegas que já moravam (Questionário 49, F, 6º semestre).

Quando os entrevistados fazem referência às questões de relacionamento com os gestores dos Programas de Assistência Estudantil na UFPel, demonstram vontade de terem um contato mais próximo com as assistentes sociais.

Na divisão sociotécnica o assistente social tem sido demandado como um dos agentes "privilegiados" pelas instituições geridas diretamente pelo Estado, ou por ele subvencionadas, para efetivar a assistência. O caráter histórico de sua atividade profissional em qualquer instituição está voltado prioritariamente à efetivação da assistência (SPOSATI [et. al], 2010, p. 23).

A investigação exponencia o compromisso do assistente social no processo de implantação, implementação e efetivação da Política de Assistência Estudantil na UFPel.

Sabe-se que o profissional do Serviço Social, possui, como instrumento, a sua força de trabalho especializada. No entanto, a profissão para se tornar atividade, deve estar ligada a "empregadores", com os quais estão os recursos financeiros, materiais e humanos, para se desenvolverem os programas e projetos previstos pelas políticas institucionais públicas ou de organismos privados. São estes os lugares de concentração destes profissionais em uma relação de trabalho assalariado e, como tal, na mesma situação da maioria dos trabalhadores.

Muitas vezes, a categoria vê-se diante de desafios, justificados pelo já citado os quais tensionam o projeto profissional, na medida em que suas ações devem estar vinculadas aos projetos de seus empregadores, descaracterizando a autonomia do Serviço Social no encaminhamento de sua atividade profissional ou a clientela, como em questão, que reivindica a participação e o estreitamento no vínculo ora em foco. Estabelece-se assim, uma contradição. O grande desafio reside na percepção do que os acadêmicos desta Universidade dizem em suas respostas: como transformar o que parece um distanciamento dos técnicos e trazer, para o centro do debate, as questões de fundo que impossibilitam a participação de todos os sujeitos deste processo na construção do coletivo?

Na realidade, em se tratando de grande parcela de alunos que buscam a mediação de seus direitos nesta Pró-Reitoria, constata-se a existência de uma lacuna quanto ao atendimento dos programas. Há necessidade, assim, de ampliar o diálogo e a participação da equipe técnica no acompanhamento dos Programas de Assistência Estudantil, integrando a discussão coletiva com alunos na agenda dos técnicos. Para isto, torna-se essencial ampliar o número de profissionais<sup>4</sup> envolvidos nesta Pró-Reitoria, particularmente de assistentes sociais, para complementar, ampliar e aprimorar os programas assistenciais.

Acrescenta-se, ainda, a restrição de novas vagas no serviço público e a burocracia para contratar profissionais adequados à ampliação; dos programas assistenciais; ao incremento dos documentos necessários para a comprovação dos dados informados nas entrevistas; ao acompanhamento na permanência dos programas por seus usuários ( frequência; tempo de permanência nos programas esgotado; aproveitamento acadêmico; alunos com pouca identificação com o curso ou com dificuldades de aprendizagem); à reavaliação anual dos bolsistas, a cada dois anos de ingresso nos programas; à criação de mecanismos como a Comissão de Assistência e Relações Estudantis (CARE), a fim de superar as falhas do sistema e dar voz ao aluno para esclarecer as dúvidas no processo de seleção .Esses seriam alguns fatores que permeiam a prática da assistência

---

<sup>4</sup> Este aspecto pode ser melhor analisado futuramente, devido não ser o foco desta pesquisa.

estudantil na UFPel e não ficam aparentes aos usuários envolvidos nesta problemática.

Na medida em que os recursos para a implementação das políticas sociais dependem de recursos públicos para sua implantação, isto é, aqueles que dizem respeito à contratação de profissionais, espaço físico, financeiro e institucional, concluí-se que, para assegurar direitos sociais, é necessária a ação interventiva do Estado.

Nas IFES, são os assistentes sociais que desempenham, no seu dia a dia, ações voltadas à implementação das Políticas de Assistência Estudantil, estabelecem relação direta com os usuários, além de serem responsáveis pelos conjuntos de procedimentos e ações para configurar os programas. Eles promovem ações que apresentam diversos graus de complexidade como:

- a)** Planejamento das atividades de elaboração do regimento dos diferentes programas e elaboração de todas as etapas dele e dos editais de divulgação dos processos seletivos, passando pelas entrevistas;
- b)** Avaliação dos processos de cada aluno/ candidato;
- c)** Levantamento de vagas disponíveis;
- d)** Levantamento de dados acadêmicos dos usuários, se estão de acordo com as normas pré-estabelecidas nos programas;
- e)** Entrevistas individuais para entender cada situação e encaminhá-las para os procedimentos adequados;
- f)** Seleção de alunos de convênios (PROMISSAES) oriundos de outros países para concessão de bolsas etc.

Resumindo, qualquer tipo de ação necessária e pertinente ao trabalho desenvolvido dentro da Universidade por eles.

Todas essas situações existentes de fato, mas pouco reveladas ou completamente desconhecidas pelos alunos concorrem para se analisarem alguns aspectos referidos na pesquisa a respeito de como está sendo compreendido e operacionalizado o conteúdo desta política social, na perspectiva da Assistência Estudantil, pelos seus profissionais. Tem-se em vista este tema

permeiar algumas entrevistas, quando os usuários apontaram como um déficit destes programas a falta de comunicação e participação deles como sujeitos de direitos e partícipes deste processo.

Um esforço deverá ser feito para trazer transparência a estas questões, elucidando aquelas surgidas nas relações sociais entre assistentes sociais e alunos, ora como os “detentores da máquina administrativa”, ora como submissos à precarização do trabalho. Diante disso, fica claro necessitar-se de certos cuidados e os olhares discentes devem ser considerados para o exame das tendências que conformam as requisições do trabalho dos assistentes sociais no campo educacional.

Não obstante a observação feita pelos entrevistados, concernente à concretização das oportunidades profissionais ditadas por uma concepção identificada com as necessidades das classes trabalhadoras, encontra-se uma melhor justificativa para a ação dos assistentes sociais nas palavras de Yamamoto, quando se refere ao distanciamento entre teoria-prática, que apontam para duas questões de muita relevância:

(a) a existência de um campo de mediações que necessita ser considerado para realizar o trânsito da análise da profissão ao seu exercício efetivo na diversidade dos espaços ocupacionais em que ele se inscreve; (b) a exigência de ruptura de análises unilaterais, que enfatizam um dos polos daquela tensão transversal ao trabalho do assistente social, destituindo as relações sociais de suas contradições (IAMAMOTO, 2011 p. 416).

A partir do referencial de Yamamoto, afirma-se que o profissional deve estar ciente de seu papel, incentivando, através da sua atividade profissional, o estabelecimento de relações coerentes e eticamente comprometidas com os interesses da classe trabalhadora/estudantil, com o intuito de fortalecer o protagonismo dos estudantes na organização da sociedade em que vivem e da formação da própria consciência crítica.

Sabe-se ser a academia um ambiente onde há disseminação do saber e não longe dele, devem estar as questões vinculadoras do indivíduo à participação, à consolidação dos seus direitos, na busca de uma sociedade justa e democrática.

Contudo, verifica-se o dever de aprofundar o debate quanto ao papel do assistente social desempenhado na tarefa de mediação, a qual lhe permite uma relação estreita com os usuários dos programas de assistência estudantil. Neste quesito permanece a questão referida pelos alunos quanto a cidadania: Qual o papel que os usuários dos programas possuem na garantia da sua participação e de seu protagonismo nos programas de assistência estudantil?

Este é um desafio a enfrentar para a assistência estudantil poder, além de ser uma política social de grande relevância e ter o reconhecimento de seus usuários, constituir-se também num processo democrático, na construção da cidadania dos direitos sociais, propiciando o conhecimento, a participação crítica e desvendando a realidade com todo o pano de fundo envolvido, desmascarando as questões capazes, muitas vezes, de colocar aliados em pontos contrários.

Portanto, para o efetivo exercício da cidadania, pelos acadêmicos, enquanto sujeitos políticos de direitos, deve-se observar que as conquistas sejam para além do acesso a um conjunto de serviços ou benefícios. É necessário conduzir o usuário a uma condição de protagonista do processo de planejamento, controle e avaliação dos programas, por ele identificados enquanto participante, pois essa participação o torna o instrumento concretizador dos direitos a ele assegurados.

Neste aspecto, observa-se aí residir a grande importância na formação cidadã, atrelada às discussões tão requisitadas por estes estudantes. Então, a política abordada neste trabalho deve promover, implementar e fortalecer ações que caminhem para concretizar a participação ativa de seus estudantes. Para isso, necessário se faz despertar em todos os indivíduos envolvidos neste processo, o interesse na busca de condições éticas, políticas e institucionais que rompam com as dificuldades inerentes a todo ser humano e se coloquem lado a lado na busca de superar a realidade em questão.

Nesta perspectiva, um dos desafios a ser enfrentado por todos envolvidos na Política de Assistência Estudantil diz respeito à citação de Yamamoto:

[...] espaços de fato públicos, alargando os canais de interferência da população na coisa pública, permitindo maior controle, por parte da sociedade, nas decisões que lhes dizem respeito. Isto é viabilizado pela socialização de informações; ampliação do conhecimento de direitos e interesses em jogo; acesso às regras que conduzem a negociação dos interesses atribuindo-lhes transparência; abertura e/ou alargamento de canais que permitam o acompanhamento das decisões por parte da coletividade; ampliação de fóruns de debates e de representação, etc (IAMAMOTO, 2001, p. 143).

Para garantir a expansão e a democratização do ensino superior, as Universidades Públicas devem, obrigatoriamente desempenhar uma Política efetiva de Assistência Estudantil, refletida através de seus programas. Dentre os interlocutores, alguns percebem e afirmam ser o aumento de demanda nos processos seletivos para os programas que contribui na falta de maior interação dos assistentes sociais com os usuários, pois trabalham em número muito reduzido para atender as solicitações de ingresso nos Programas. Mesmo assim, os entrevistados indicam alternativas como reuniões pré-definidas junto com os assistentes sociais, nas quais as questões poderiam ser apontadas, discutidas e encaminhadas. Propõem uma “fiscalização” dos documentos e da situação de cada usuário para evitar fraudes no processo, isto é, impedir os alunos sem necessidades ingressarem nos programas através de falsificação de documentos. Neste processo seletivo o assistente social, entre os demais profissionais, desempenha um papel primordial no processamento desses mecanismos.

Entre os estudantes entrevistados destacam-se duas falas que chamaram a atenção pela força da mensagem que elas expressam:

[...] É bom o que a gente vê, ouve, muita participação dos estudantes, moradores da casa que sempre foram protagonistas na luta do movimento estudantil, no que tange às bolsas. Então, a gente teve uma época nessa casa do estudante, na UFPel, que foi bastante politizada e politizante. Acredito que até o próprio contexto histórico que a gente está vivendo, de muita alienação, consumismo, as pessoas não têm participado muito, as pessoas não se envolvem, até dentro da própria casa, dentro da própria moradia estudantil que a gente considera que é o nosso lar, a gente não cuida nem do nosso lar primeiro, quanto mais participar de um debate maior. Então eu acredito que o principal seria um diálogo. Eu estudo muito Paulo Freire e a gente vê que existem relações que têm que ser baseadas no diálogo, mesmo com pessoas de quem a gente não gosta, ou que têm uma ideologia, uma concepção diferente da gente. Então eu acho que o primeiro



passo é propiciar fóruns, encontros, debates, a gente poder usar o salão do RU aqui, do restaurante escola, para poder. Antigamente a gente tinha exposição de arte, a gente tinha projetos com música dentro do RU. Certo que está lotado, hoje não dá nem para pensar numa coisa dessas, mas tu sabes, tentar desenvolver em horários alternativos, assim em momentos que possam estar dentro, além de que muita gente não conhece como está o funcionamento orgânico da administração da Pró-Reitoria, da coordenadoria. Então eu acho que propiciar essa formação ao estudante também é importante (Questionário 11, M, 7º Semestre).

A Assistência Estudantil é um conjunto de ações que é determinado pelo gestor que tem de favorecer o estudante, tem de propiciar que ele chegue a um determinado estágio, que auxilie esse estudante nesse processo que é mantido pela Universidade, desde a construção moral do caráter do estudante até mesmo a formação propriamente dita do curso (Questionário 20, M, 2º Semestre).

Provavelmente estas falas pertencem a alunos com maior conhecimento sobre a questão da Assistência Estudantil, com informação mais apurada de situações envolvendo relações nas quais esta modalidade de Política é preponderante de alguma forma. No momento atual, segundo alguns entrevistados, mais do que nunca, é necessário ampliar os debates sobre a Política de Assistência Estudantil, particularmente os Programas de Assistência Estudantil na UFPel.

Tendo em vista os depoimentos citados, fica evidente ser a Universidade a possibilidade concreta do estabelecimento de uma relação dialética. Nela, a riqueza do trabalho mostra-se justamente nesta faceta da realidade, quando os opostos se confrontam: eles cumprem a função ideológica de busca de consenso, de garantia de uma relação de subalternidade, em que a política social assume um papel de neutralização de tensões estudantis; eles são protagonistas na luta do movimento estudantil, na busca pelo atendimento de suas necessidades e reivindicações.

A Universidade torna-se um espaço de forças contrárias visto o aprendizado não acontecer apenas nos bancos escolares, nas questões apenas acadêmicas, mas é onde se aprendem valores, aos quais se referiram alguns alunos em suas entrevistas. Neste espaço de forças opostas se dá a dialética das

relações, quando o capital-trabalho, a dominação-subalternidade se desnudam para dar passagem a um novo momento: o da contradição. Não foram poucas as vezes em que o movimento estudantil reivindicou algo para garantir a democracia no Brasil. Na UFPel, é possível exemplificar com o Programa Auxílio Moradia uma das conquistas obtidas por ele, congregando alunos de outras localidades sem local para residir, apoiados pelo Diretório Central de Estudantes.

Diante disso, a concepção dos alunos-usuários dos Programas de Assistência Estudantil na UFPel responde aos objetivos propostos nesta investigação. Os estudantes apontam serem as bolsas de Moradia, Alimentação e Transporte fundamentais para nela permanecerem e concluírem o curso de graduação. Nas suas palavras, sem esses “apoios”, “suportes” e “incentivos” não teriam condições de ficar em outra cidade para realizar um curso superior. Neste sentido, o Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários aponta o fato de garantir o acesso à educação para todos não significar apenas a não cobrança de anuidade. Significa também garantir a permanência do educando na escola. Isso implica a necessidade de programas de assistência social (FONAPRACE, 1993).

De acordo com os usuários, esta Política é caracterizada como elemento crucial para a formação cidadã dos alunos. Na concepção deles, ela contribui para a emancipação social e humana na medida em que possibilita a estes sujeitos criar um espírito crítico sobre a questão social e construir novos “horizontes para atingir um lugar na sociedade”, palavras dos alunos.

Portanto, o campo das políticas sociais é um espaço onde estão presentes forças contraditórias, no qual, paradoxalmente, o avanço dessas políticas termina por ser menos a ação do Estado em promover a justiça social e mais o resultado de lutas concretas da população. Observa-se então, que a “assistência como um mecanismo presente nas políticas sociais, atravessa e é atravessada pelos embates da luta de classe” (SPOSATI, 1998, p. 64).

Enfim, de maneira geral, os alunos apontam que a Política de Assistência Estudantil na UFPel deve acompanhar a ampliação dos novos cursos aderidos pela REUNI, visto haver quase o dobro do número de alunos na instituição. Neste

ano 2011, foram registrados, na graduação, cerca de 11, 6 mil estudantes na UFPel, dos quais 6, 8 mil são de Pelotas. Estes dados demonstram que a nova Casa do Estudante deve ser implementada como prioridade nesta Universidade.

Ao longo desta parte do trabalho, observa-se estarem a assistência estudantil e a educação diretamente vinculadas à noção de cidadania e ambas serem inerentes ao processo de construção e consolidação democrática. Marshall recorda que “os vitorianos já entendiam que educação e democracia eram inseparáveis, que uma sociedade livre não poderia ser ordenada se não fosse alfabetizada [...], portanto, a educação se fazia necessária tanto para o benefício da sociedade quanto para o do indivíduo” (1967, p. 16).

Ao analisar as falas dos entrevistados usuários dos Programas de Assistência Estudantil, de diferentes condições econômicas, percebe-se que as instituições, ao adotarem essa modalidade de política, defrontam-se com os próprios objetivos da educação no seu papel formador da cidadania, sendo a Assistência Estudantil um instrumento apropriado para aproximar as classes populares de baixa renda de uma profissionalização capaz de garantir sua própria sobrevivência. Neste contexto, ela se apresenta como elemento-chave da cidadania, pois através dela se alcança o que se objetiva. A Assistência Estudantil passa a ser a condição básica para o acesso e a permanência dos estudantes de baixa renda em universidades públicas no Brasil.

Neste capítulo três, mostra-se necessitar a Política de Assistência Estudantil efetivamente de ações concretas que garantam não somente o acesso dos estudantes a um curso universitário, mas também, a sua permanência na universidade pública. Neste sentido, não depende apenas das políticas internas dos Programas de Assistência Estudantil de cada instituição, mas também, do necessário fortalecimento do Plano Nacional de Assistência Estudantil que assegure recursos a serem investidos, principalmente, numa parcela importante dos estudantes universitários desprovidos de recursos socioeconômicos.

Para garantir a expansão e a democratização do ensino superior, as universidades públicas devem obrigatoriamente desempenhar uma Política efetiva de Assistência Estudantil, refletida através de seus Programas. Portanto,

fortalecer o FONAPRACE, como instância nacional de discussão, de pressão e de interlocução das discussões nas esferas regionais, remete a um caminho que busca o aprimoramento e a consolidação desta política, segundo a autora deste trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve por objetivo conhecer as concepções existentes sobre a Política de Assistência Estudantil, desenvolvida na UFPel desde 2009, entre os alunos participantes de seus programas de Moradia, Alimentação e Transporte.

Com este estudo procurou-se, a partir da concepção dos estudantes da UFPel, desvelar situações concretas dos Programas da Assistência Estudantil desta instituição para aprofundar a reflexão sobre como esta modalidade de política social tem-se efetivado e como ela é compreendida pelos estudantes.

Neste sentido, esta dissertação não pretende esgotar o tema e, sim, fundamentar e fornecer subsídios ao debate sobre a cidadania e os direitos sociais dos estudantes da educação superior pública no Brasil. Espera-se, que a partir desta investigação, muitos outros estudos sejam realizados sobre as Políticas de Assistência Estudantil para sua maior qualificação como política emancipatória.

No primeiro capítulo da dissertação abordamos como a idéia de Política Pública e Social está relacionada com o Estado e a sociedade civil, e como a cidadania diz respeito a essa duas esferas: o Poder Público e a sociedade civil. Neste sentido, ficou evidente que a Política de Assistência Estudantil como modalidade de política social, tem uma função contraditória nesta sociedade capitalista e neoliberal, marcada pela desigualdade social.

Esta política tem por objetivo contribuir para a ampliação do acesso aos direitos sociais, para propiciar o alcance da cidadania. Mas, contraditoriamente

pode servir também para cooptar pessoas favorecendo a manutenção do sistema responsável pela exclusão e conseqüentemente pela não universalização dos direitos sociais.

No segundo capítulo, focalizamos a Política de Assistência Estudantil no contexto da UFPel. Através das coordenadorias vinculadas à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, nesta instituição vários programas são direcionados aos estudantes para atender as suas demandas vinculadas particularmente no tangente à Moradia, Alimentação e Transporte, foco desta investigação. Estes Programas surgem nesta lógica neoliberal enquanto políticas focalizadas na tentativa de viabilizar condições necessárias para garantir a permanência dos estudantes na instituição e a conclusão de seus estudos em nível superior. Assim, a Política de Assistência Estudantil é apresentada como um espaço e uma possibilidade de direito de cidadania.

Com a realização do processo de pesquisa e a construção desta análise, sobre a Política de Assistência Estudantil na UFPel verificou-se que esta modalidade de política apresenta limites e possibilidades, como se mostra pela concepção dos entrevistados quanto à superlotação de estudantes por quarto; extensão das filas do Restaurante Universitário; superlotação do transporte coletivo para o Campus Capão do Leão; e quanto ao número reduzido de profissionais do Serviço Social, para darem conta da demanda excessiva de atendimentos.

Mas, além das críticas a esta modalidade de política, os estudantes destacam vários pontos positivos, e a importância dos Programas de Assistência Estudantil na vida de cada um. Eles caracterizam esta política como meio fundamental para permanecer e concluir o curso. Em sua opinião, os Programas incentivam os alunos a estudarem e a terem bom rendimento para manutenção do benefício e lhes possibilita a liberdade que oportuniza a seus usuários dedicarem-se integralmente às atividades acadêmicas. A maioria dos entrevistados salienta que a baixa renda familiar não daria conta das despesas necessárias a seu sustento em outra cidade, a fim de realizar um curso no Ensino Superior, ressaltando a dificuldade de horário disponível para viabilizar um trabalho remunerado, pois, na maioria das vezes, os cursos são diurnos.

Diante destas questões, tem relevância a consideração de, na ordem social moderna, como frisaram Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, o Estado ser uma instituição capaz de manter o caráter de uma organização para garantir os interesses da burguesia, tanto no seu interior como externamente. Ele se torna um espaço de luta de classes, permeado de contradições e forças políticas antagônicas, na medida em que representam, de forma desigual, interesses do capital e as conquistas históricas da classe trabalhadora e dos segmentos subalternos da sociedade.

O estudo confirma que os antagonismos e as contradições difundem-se em tensões de projetos distintos que se complementam (societário e Assistência Estudantil), coexistindo nos espaços socio-ocupacionais e educacionais em que se movimentam os Programas de Assistência Estudantil e os profissionais destes programas no âmbito da instituição educacional federal. A política de Assistência Estudantil caracteriza-se por um projeto crítico e progressista, capacitado a difundir princípios a partir do solo histórico das transformações da sociedade. No entanto, enfrenta o projeto de inspiração neoliberal que prima pela desregulamentação das conquistas, especialmente dos direitos dos cidadãos, instituídos como responsabilidade do Estado.

Isso se traduz no estudo, quando os entrevistados se *descolam* de seus pares, da sua situação de classe, interpretando a sua falta de condições econômicas como um problema pessoal, sendo eles os únicos responsáveis pela necessidade de “Bolsas”, estas não configurando como consequências da precarização do trabalho, imposta pelo neoliberalismo, de forma transgeracional. Neste sentido, a maioria dos entrevistados caracteriza a Assistência Estudantil como uma ajuda, um apoio. Poucos foram os que a ressaltaram como um dever do Estado, um direito social dos estudantes de se manterem inseridos numa Universidade pública e concluírem o seu curso. Sublinha-se a presença desta divergência, expressa na concepção dos estudantes sobre as Políticas de Assistência Estudantil, procurando compreender os diferentes olhares dos estudantes sobre esta política.

É possível apreender que os Programas de Assistência Estudantil materializam-se na dialética em que se processam as conquistas políticas, os avanços, os recuos, os embates e as superações. Na sociedade atual,

particularmente na UFPel, o desenvolvimento das políticas sociais ou de Assistência Estudantil estão comprometidas pela falta de ampliação de recursos econômicos, quer seja no aumento de recursos humanos, o que contribuiria no fortalecimento dos Programas de Assistência Estudantil e das discussões sobre o tema investigado nesta dissertação, quer seja na expansão e no aprimoramento dos programas identificados.

Vale salientar que, na UFPel, novos programas são implantados para atender a demanda dos estudantes. Neste ano de 2011, ao concluir este trabalho de dissertação, registra-se um crescimento de Programas em relação aos novos alunos que nela ingressarão no segundo semestre. A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis organizou, com a equipe de assistentes sociais, plantões estabelecidos nos dias que antecedem o início do período letivo para aguardar os alunos ingressantes, que apresentarem dificuldades socioeconômicas. Para eles, a Pró-Reitoria disponibilizou um espaço locado para instalar aproximadamente 30 alunos na cidade e que será viabilizado enquanto os alunos aguardam o resultado da inscrição aos Programas de assistência. Com isso a Pró-Reitoria pretende garantir que os alunos aguardem com tranqüilidade o resultado da seleção, minimizando as dificuldades de operacionalizar a seleção, decorrentes do número reduzido de técnicos da equipe, para atenderem a grande demanda de alunos que ingressam na UFPel, nos últimos anos. Cabe ressaltar, também, que esta Universidade está implantando cursos nas cidades vizinhas. No primeiro semestre, na cidade de Pinheiro Machado e no segundo, em Eldorado do Sul. Com isso, novos Programas de Assistência Estudantil deverão ser implementados para que contemplem a nova realidade de expansão de cursos da UFPel.

Considerando o estudo realizado, entende-se haver necessidade de os profissionais da Assistência Estudantil na UFPel participarem das reuniões promovidas pelo FONAPRACE e se engajem nas discussões extramuros da instituição para a melhoria dos Programas de Assistência Estudantil. É importante também que ampliem os espaços de diálogo e acompanhamento dos estudantes beneficiados e, ainda, que os incentivem a participarem como protagonistas das ações e a se organizarem para buscar seus direitos enquanto cidadãos.

Neste contexto, foram levantados alguns pontos de reflexão substantivos de discussões: os resultados permitem considerar que os Programas de Moradia,



Alimentação e Transporte na UFPel precisam ser reavaliados e melhorados, bem como ampliado o número de profissionais da Assistência Estudantil.

Quer-se destacar ainda que, se as Políticas Públicas desempenhassem o papel a elas conferido, nenhum dos dispositivos das Políticas Sociais seria necessário. O Estado atenderia as necessidades dos cidadãos componentes da sociedade por ele regida e não seria essencial a alguns pleitear direitos que lhes são inerentes, ou reivindicar a melhoria das condições de vida, caso dos estudantes de Ensino Superior, pois as Políticas Públicas dariam conta de toda e qualquer necessidade humana básica que viesse a acometer os estudantes como indivíduos integrantes da sociedade.

E, finalizando, considera-se ter o processo de pesquisa contribuído fundamentalmente para além das sistematizações possíveis de serem expressas nesta dissertação. Fica o significado de vivências, aprendizado e formação profissional que, para a vida, são intransferíveis por tratarem de elementos apreendidos nas interações acadêmicas no decorrer do curso de mestrado, igualmente para além das divisas da Universidade. Possibilitou aprofundar e ampliar conhecimentos acerca das premissas originárias do problema de pesquisa, os quais a partir desta elaboração, possibilitam e instigam o compartilhar dos resultados.

## REFERÊNCIAS

ABREU, H. B. *Cidadania, capitalismo e modernidade*. 2000. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ALMEIDA, Ney Luiz Texeira de. O serviço Social na Educação. IN: *Revista Inscrita*. CFESS, 2000.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A Educação como Política Pública*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa. Edições 70, 1977.

BONETI, Lindomar Wessler. *Educação, Exclusão e Cidadania*. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 1997.

BOSCHETTI, Ivanete et all (Org). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete (Orgs). *Política Social: Fundamentos e História*. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL, Decreto- lei n.º 9.394, de 29 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

BRASIL, Decreto- lei n.º 8.742/93. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), 1993.

BRASÍLIA, 24 de abril de 2007; 186º da Independência e 119º da República.  
DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARNOY, Martin. *Escola e trabalho no Estado Capitalista*. São Paulo: Cortez, 1987.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaios*. 2 ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

\_\_\_\_\_. Notas sobre cidadania e modernidade. In: \_\_\_\_\_. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980, p. 199.

DECRETO nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Acessado no dia 22 de janeiro de 2010: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)

FÁVERO, M. de L. de A. *A Universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES. Antonio Sergio Araujo. *Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social*. In: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (Orgs). *Introdução à política brasileira*, São Paulo. Paulus. 2007.

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - Dez Encontros. Goiânia, 1993.

\_\_\_\_\_. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. 1995.

\_\_\_\_\_. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. 1998.

\_\_\_\_\_. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. 2000.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2001.

\_\_\_\_\_. Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. 20 anos/1987-2007, 2007.

FREIRE, Lúcia M. B.; FREIRE, Silene de Moraes; CASTRO, Alba Tereza Barroso de (Orgs.). *Serviço Social, Política Social e Trabalho*. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

FREIRE, Paulo. *Guia da Escola Cidadão Instituto Paulo Freire*. 2ª ed. São Paulo: Cortez: 1990.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Gil, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel: a Política e o Estado Moderno*. 7ª ed. Trad: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

IAMAMOTO, Marilda V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IPEA. Jovens agora estudam mais no Brasil, mas têm educação desigual. 2009. Acessado no dia 6 de janeiro de 2010: <http://noticiasdarede.se.df.gov.br/2009/12/06/jovens-agora-estudam-mais-no-brasil-mas-tem-educacao-desigual-diz-ipea/>.

JASPERS, K. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1971.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. 5ª ed. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LIMA Vaz, H. de. *Cultura e Universidade*. Petrópolis: Vozes, 1966.

LOMBARDI, José Claudinei. *Pesquisa em Educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 1999.

LUNA, Florencia. Consentimento Livre e esclarecido: ainda uma ferramenta útil na ética em pesquisa. In: *Ética em Pesquisa*. Temas Globais. Brasília: UNB, 2008.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, E. *Conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. 3ª Edição. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde*. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde*. 11ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em defesa da política*. São Paulo: SESC, 2001.

PAVIANI, Jayme e POZENATO, José C. *A Universidade em Debate*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Política Social: Temas e Questões*. São Paulo: Cortez, 2008a.

\_\_\_\_\_. Discussões Conceituais sobre Política Social como Política Pública e Direito de Cidadania. In: Ivanete Boschetti; Elaine Behring; Silvana Mara dos Santos; Regina Miotto. (Org). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2008b, v. 1, p. 87-108.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

PORTO, Maria Célia da Silva. Cidadania e (des)proteção social: uma inversão do Estado brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XXII, n. 68, Nov. 2001.

PORTARIA NORMATIVA Nº 39, de 12 de dezembro de 2007, p. 2.

Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas. Acessado no dia 19 de outubro de 2010: <http://wp.ufpel.edu.br/scs/regimento/>

Regulamentação do Programa Auxílio Alimentação da Coordenadoria de Benefícios da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPel, 2000.

RELATÓRIO anual da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFPEL, 2009.

REUNI. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Diretrizes Gerais. Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília, 2007.

RICHARSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SINAES. LEI nº 10. 861, de 14 de abril de 2004.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. *Assistência X Assistencialismo X Assistência Social*. Coletânea de Textos Básicos para I Conferência Nacional de Assistência Social – CNAS e ABONG. Brasília, 1997.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. [et, al]. *Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. In: Sociologias nº 16. Junho/dezembro 2006, p. 20-45.

UFPEL. Estatuto. Acessado no dia 15 de outubro de 2010: <http://wp.ufpel.edu.br/prae/sobre/>.

UFPEL. Coordenadoria de benefícios-estudantis. Acessado no dia 15 de outubro de 2010: <http://wp.ufpel.edu.br/prae/coordenadoria-de-beneficios-estudantis/>.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. *Em Torno do Conceito de Política Social: Notas Introdutórias*. Rio de Janeiro, dezembro de 2002. <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>

## APÊNDICE



## APÊNDICE I



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS PROGRAMA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS**

**TÍTULO DA PESQUISA:** A Assistência Estudantil como Política Social no contexto da UFPel: Concepções, Limites e Possibilidades

**Data da entrevista:**

**Nome do Aplicador:**

**I- Dados de Identificação do entrevistado:**

1. 1Idade: \_\_\_\_\_

1.2Sexo: \_\_\_\_\_

1. 3 Semestre: \_\_\_\_\_

1.4 Cidade de origem localizada no R.S.? SIM \_\_\_\_\_ NÃO \_\_\_\_\_

**II- Questões sobre a Política de Assistência Estudantil**

1.O que entendes por Assistência Estudantil?

2. De quais os Programas de Assistência Estudantil da UFPel que estás participando atualmente?

---

---

---

3. Na tua opinião, quais são os resultados dos Programas da Política de Assistência Estudantil existentes na UFPel (alimentação, moradia e transporte)?

---

---

---

---

---

4. Os programas em que participas estão contribuindo para a tua permanência na UFPel e para garantir a conclusão do curso de graduação em que estás matriculado atualmente? Caso sim, de que forma?

---

---

---

---

---

5. Acreditas que a Assistência Estudantil favorece a conquista da cidadania aos estudantes que participam de seus programas? Por quê?

---

---

---

6. Tens sugestões para melhorar a Política de Assistência Estudantil na UFPel?

---

---

---

---

---

7. Considerando a finalidade desta pesquisa, desejas acrescentar mais alguma coisa? Caso sim, o quê?

---

---

---

---

## APÊNDICE II

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente Consentimento Livre e Esclarecido, eu \_\_\_\_\_, declaro que fui informado, de forma clara e detalhada, sobre a pesquisa **“A Assistência Estudantil como Política Social no contexto da UFPel: Concepções, Limites e Possibilidades”**, que tem, como objetivo geral, conhecer as concepções existentes sobre a Política de Assistência Estudantil, desenvolvida na UFPel a partir de 2009, entre os alunos participantes de seus programas. E, como objetivos específicos: a) investigar sobre as concepções a respeito da Política de Assistência Estudantil desenvolvida na UFPel entre os alunos participantes da mesma; b) conhecer como os alunos avaliam a contribuição desta política na sua vida acadêmica e para o seu futuro; c) indicar propostas para aperfeiçoamento da Política de Assistência Estudantil da UFPel.

Fui igualmente informado sobre:

- a garantia de requerer respostas a qualquer pergunta ou dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados ao trabalho;
- a liberdade total de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto acarrete algum prejuízo à minha pessoa;
- a segurança de não ser identificado e de manter-se o caráter confidencial das informações relacionadas a minha privacidade;
- o compromisso de acesso às informações com o responsável pelo trabalho e seu orientador, em todas as etapas do trabalho e/ou no momento que solicitar, bem como aos resultados.

Ciente das informações citadas anteriormente, eu autorizo a aplicação do instrumento de coleta de dados, a gravação das entrevistas e a utilização dele em trabalhos científicos a serem realizados.

Em caso de esclarecimentos e dúvidas, entrar em contato com:

Pesquisadora responsável: Vivianne Satte Alam Gonçalves  
e-mail: [viviannesattealam@hotmail.com](mailto:viviannesattealam@hotmail.com)  
Telefone: (53) .....

Professora orientadora: Vini Rabassa da Silva  
e-mail: [vini@ucpel.tcche.br](mailto:vini@ucpel.tcche.br)  
Telefone: (53) .....

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisado

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

Data: \_\_/\_\_/\_\_